

1. Correio da Manhã, 03-07-2009, "Agravou-se a situação de alguns créditos" - Entrevista a Norberto Rosa	1
2. Correio da Manhã, 03-07-2009, DIAP vai ouvir gestores do BPP	2
3. Correio da Manhã, 03-07-2009, República de juízes?	4
4. Diário de Notícias, 03-07-2009, Editorial - Um ex-ministro sem consciência	5
5. Diário de Notícias, 03-07-2009, Investigação concentra atenções no negócio de Porto Rico	6
6. Diário Económico, 03-07-2009, Bancos pequenos abertos a fusões	7
7. Diário Económico, 03-07-2009, BBVA defende que há excesso de balcões em Portugal	8
8. Diário Económico, 03-07-2009, BPN aumenta buraco financeiro mas desce prejuízos	9
9. Jornal de Negócios, 03-07-2009, Foi o inquérito ao BPN que fez de Dias Loureiro arguido?	11
10. Jornal de Notícias, 03-07-2009, Oliveira e Costa chamado para novo interrogatório	13
11. Meia Hora, 03-07-2009, Oliveira Costa ouvido no DCIAP	15
12. Público, 03-07-2009, SLN Valor falha acerto de contas com clientes que adquiriram títulos no BPN	16
13. Semanário, 03-07-2009, Editorial - A caça ao Pinho	19
14. Semanário, 03-07-2009, Uma campanha baixa que ande por aí	20
15. Sol, 03-07-2009, PS segura Constâncio	21
16. Sol - Confidencial, 03-07-2009, "BPN não nos interessa. Vamos crescer por via orgânica?" - entrevista a Alberto Charro	22
17. Sol - Tabu, 03-07-2009, Vitor Constâncio - Um homem impaciente	25
18. Vida Económica, 03-07-2009, Barclays quer ser alavanca de negócios na África do Sul	31
19. Vida Económica, 03-07-2009, Semelhanças e diferenças	33



DISCURSO DIRECTO



NORBERTO ROSA Vice-presidente BPN **sobre contas**

“Agravou-se a situação de alguns créditos”

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Correio da Manhã – Os resultados operacionais no primeiro trimestre foram positivos em dois milhões de euros. O que significam estes números?

Norberto Rosa – Tomámos um conjunto de decisões de gestão que eram urgentes. Aproximámos os juros aos juros de mercado (todos sabiam que o BPN pagava juros mais elevados), reduzimos os custos e poupámos na publicidade.

– O rácio de crédito vencido continua a piorar (de 6,2 para 8,2%)...

– Não existia no BPN crédito vencido. O crédito era renovado automaticamente e eram contabilizados juros. Nós acabamos com esta prática. Por isso somos obrigados pelo Banco de Portugal a constituir provisões. A tendência



para um aumento do crédito vencido vai continuar.

– Continuam a reforçar as provisões para imparidades (mais 13,8 milhões)...

– A evolução de alguns créditos foi mais negativa do que pensávamos e isso agravou a recuperabilidade de alguns créditos, o que obriga a um reforço das provisões para imparidades.

– O banco está mais atractivo para venda?

– O BPN tem valor pelos 280 mil clientes que tem. Continuamos a trabalhar e existem interessados. ■

BANCA ■ ESTÃO EM CAUSA SUSPEITAS DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FRAUDE

DIAP vai ouvir gestores do BPP

■ João Rendeiro, Paulo Guichard e Salvador Fezas Vital deverão ser ouvidos nos próximos dias. Rendeiro já foi notificado para prestar declarações

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/
/SÓNIA TRIGUEIRÃO

O Ministério Público deverá ouvir nos próximos dias três ex-administradores do BPP suspeitos da prática dos crimes de branqueamento de capitais, fraude fiscal qualificada, falsificação de contabilidade e abuso de confiança: João Rendeiro, fundador e ex-presidente do banco, será ouvido já na próxima semana. Depois será a vez de Paulo Guichard e de Salvador Fezas Vital.

Ontem, Oliveira e Costa, ex-líder do BPN, foi ouvido no âmbito das investigações sobre a ligação de Dias Loureiro e Abdul El Assir à compra e venda de empresas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em Marrocos e Porto Rico.

João Rendeiro já foi notificado pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), órgão do Ministério Público que dirige a investigação ao BPP, para ser ouvido na próxima semana. Segundo apurou o CM, terá sido mesmo notificado na qualidade de arguido. Certo para já, como garante fonte conhecedora do processo, é que o ex-líder do BPP ainda não foi constituído arguido, mas admite-se também que Rendeiro seja constituído na sequência da audição no DIAP.

Seja como for, em princípio, e no âmbito do exercício normal do contraditório, Paulo Guichard e Salvador Fezas Vital deverão ser também ouvidos nos próximos dias. Para já, na sequência das buscas realizadas pelo DIAP no início de Junho, foram apreendidas contas bancárias alegadamente pertencentes a João Rendeiro, Paulo Guichard e Salvador Fezas Vital, no valor total de 50 milhões de euros.

Ex-líder do BPN foi ouvido durante mais de seis horas

Com a apreensão destes bens financeiros, que estavam em paraísos fiscais, pretendeu-se garantir a eventual delapidação das verbas.

Já do lado do BPN, outro banco que está a ser investigado pelo Ministério Público, as investigações estão mais avançadas, com Oliveira e Costa e Dias Loureiro constituídos arguidos em processos autónomos. Ontem, Oliveira e Costa foi ouvido durante mais de seis horas, entre o início da tarde e o princípio da noite, no gabinete do procurador Rosário Teixeira. Tudo por causa dos negócios da SLN em Marrocos e em Porto Rico. ■



■ As investigações ao BPN e ao BPP prosseguem: ontem, Oliveira e Costa esteve no DCIAP; na próxima semana, João Rendeiro vai ao DIAP

🔍 PORMENORES

● INVESTIGAÇÕES

O BPP foi alvo de investigações do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os relatórios foram enviados ao Ministério Público.

● CARRINHA CELULAR

Oliveira e Costa foi transportado na carrinha celular do estabelecimento da PJ para o gabinete do procurador Rosário Teixeira, no largo do Rato. Foi acompanhado por três guardas prisionais e havia seis homens da PSP na zona.

Oliveira e Costa colabora com a Justiça

● O procurador Rosário Teixeira confrontou ontem Oliveira e Costa com as declarações de Dias Loureiro sobre os negócios da SLN em Marrocos e em Porto Rico. À saída, o advogado do ex-líder do BPN, Leonel Gaspar, deixou claro que Oliveira e Costa "entende que deve confirmar a colaborar com a justiça, porque havia situações que precisavam de ser esclarecidas".

O magistrado quis esclarecer a participação de Dias Loureiro e El Assir na venda da Redal, em Marrocos, e na compra e alienação da Biometrics, de Porto Rico. ■



RENDEIRO NO DIAP
**Gestores
do BPP vão
ser ouvidos
na Justiça**
PÁG. 22



O AVESSE E O DIREITO

● MAGALHÃES E SILVA

ADVOGADO

República de juízes?

Autárquicas e legislativas são projectos de governação distintos e com distintos programas. E é por isso que a realização destas eleições com duas semanas de intervalo pode contribuir, decisivamente, para um voto mais esclarecido. Pode, sublinhe-se, porque os factos da pré-campanha já em curso são tristemente desencorajantes.

Primeiro, e com continuação assegurada, foi o caso Freeport, depois o BPN/Dias Loureiro e seus desenvolvimentos recentes, tudo a ocupar o espaço mediático, que é onde, aqui e agora, têm lugar as interven-

Aos tribunais
o que é dos
tribunais,
ao voto
o que é do voto

ções pré-eleitorais.

Ora o combate político através de processos judiciais é a forma mais pobre de realizar o conflito de projectos que constitui a respiração de uma democracia saudável. Isso não significa que ao voto não interessem as pessoas e as suas condutas, pois são elas quem protagoniza os projectos. Não pode é fazer-se uma judicialização da política, como se o voto devesse ficar exclusiva ou principalmente dependente de uma sentença seja de inocência, seja de culpa. Ou então teremos transformado a democracia numa república de juízes em que a vontade do julgador determinaria o sentido do sufrágio eleitoral.



145 ANOS DE INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

editorial

Um ex-ministro sem consciência

Em política, quando se comete uma asneira de monta, não há misericórdia. Manuel Pinho deixa o Governo por um acesso de cólera. É certo que já se tinha revelado repetidamente inábil em posições públicas. O seu anúncio do fim da crise económica interna, no momento em que a economia mundial vinha abaixo, causou então, e ainda causa, moossa ao Governo.

Mas Pinho foi-se aguentando no cargo por duas razões. Porque deixa obra feita – nas energias alternativas, nas novas indústrias tecnológicas, na atracção de investimento estrangeiro, na abertura de novos destinos para as exportações portuguesas, no campo tecnológico... E porque mantinha uma relação estreita com o primeiro-ministro. Sócrates contou com o seu apoio para a construção da sua plataforma política nas eleições internas do PS. A ideia ganhadora do "Choque Tecnológico" contou com o contributo relevante de Pinho e Sócrates nunca esqueceu. E sempre se mostrou conivente e solidário com o seu ministro.

Mas há alturas dramáticas em que quem quer manter-se à tona na política tem de se distanciar do que o prejudica. Foi o que fez Sócrates, ontem. Esperando calar a oposição, aceitou a demissão de Pinho. E, ao mesmo tempo, acabou por desferir um golpe de misericórdia num ministro que já era há muito desconfortável para o Governo.

Ontem à noite, Pinho voltou a ser inconveniente, mesmo à posteriori. Deu uma entrevista à SIC Notícias na qual, em vez de assumir o seu erro na totalidade, apresentou-se como uma vítima do sistema. Pediu desculpa, mas tudo o que disse a seguir mostrou que não estava nada arrependido do gesto grosseiro com que enxovalhou o Parlamento.

O fim político de Dias Loureiro

Aum político exige-se responsabilidade, competência e confiança. A um administrador de uma empresa, exige-se que não assine de cruz os negócios da empresa que gere. No fundo, tem de ter conhecimento do que se passa à sua volta. Se assim não for, é incompetente. Logo não pode ser administrador. As "falhas de memória" ou desconhecimentos de Manuel Dias Loureiro nos negócios do BPN são o reflexo do que atrás se disse. O ex-conselheiro de Estado e ex-administrador da SLN assinou os negócios da Biometrics, em Porto Rico, e da Redal, em Marrocos. Como é possível dizer hoje, quando confrontado pelo Ministério Público, que não se tinha apercebido de certos contornos dos negócios? Se assim foi, revelou, ao contrário da imagem que tinha que foi, afinal, incompetente.

Perante este caso, e depois de tudo o que já veio a lume sobre o alegado envolvimento de Dias Loureiro nos negócios duvidosos do BPN e da SLN, depois do seu afastamento do Conselho de Estado, há um facto incontestável: a opinião pública deixou de confiar em Dias Loureiro. E, quando assim é, assistimos à "morte" política de um actor que, ao longo dos anos, assumiu responsabilidades ao mais alto nível governativo na hierarquia do Estado – e mesmo junto do actual Presidente da República. A um político exige-se confiança. Quem dela não goza não pode estar na vida pública. ■



política

INVESTIGAÇÃO CONCENTRA ATENÇÕES NO NEGÓCIO DE PORTO RICO

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

José Oliveira Costa, antigo presidente do Banco Português de Negócios, foi, ontem, constituído arguido no processo que investiga o chamado negócio de Porto Rico. O banqueiro, que se encontra preso preventivamente, foi interrogado no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). O seu interrogatório estava previsto para ocorrer antes do de Manuel Dias Loureiro, mas teve que ser adiado dada a impossibilidade do seu advogado estar presente.

Apesar de, antontem, ter garantido que não iria ser novamente interrogado, Dias Loureiro esteve durante a parte da manhã no DCIAP, saindo das instalações à hora de almoço. O antigo conselheiro de Estado foi novamente interrogado pelo procurador Rosário Teixeira que investiga os casos relacionados com a gestão do BPN.

Oliveira e Costa chegou da parte da tarde numa carrinha celular, acompanhado por guardas prisionais. E, tal como o DN avançou na

edição online, foi constituído arguido no caso que diz respeito ao negócio de Porto Rico, um processo que foi autonomizado da principal investigação ao banco.

O negócio de Porto Rico, que passou pela compra e venda de uma empresa tecnológica naquele país, a Biometrics, prejudicou a Sociedade Lusa de Negócios (holding que controla o BPN) em cerca de 40 milhões de euros. O Ministério Público está a investigar se os intervenientes no negócio, onde se inclui um empresário libanês, El-Assir, amigo de Loureiro, tiveram algum benefício pessoal, prejudicando conscientemente os interesses do grupo SLN.

Ligado a Porto Rico está um outro negócio, desta vez em Marrocos. Trata-se da venda da Redal, um consórcio liderado pela SLN. Oliveira Costa, quando foi ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, disse que, com a entrada em cena de El-Assir, houve uma certa pressão para que o negócio de Porto Rico se concretizasse, caso contrário empresário libanês deixaria de fazer lóbi em Marrocos para a venda da Redal.

Em Porto Rico, a SLN acabou por comprar a empresa Biometrics que, alegadamente, produziria uma nova máquina concorrente com as actuais ATM. A Biometrics foi, entretanto, vendida ao Excellence Assets Fund, controlado pelo BPN, que acabou por vendê-la a uma empresa offshore, La Granjuilla, do próprio El-Assir. Nas contas do fundo, esta venda apareceu contabilizada por "um dólar". E há mesmo um documento assinado por Dias Loureiro que subscreve este valor. Ou seja, há suspeitas de que cerca de 40 milhões de euros desapareceram do circuito do negócio.

Com dez inquéritos abertos sobre o BPN, o Ministério Público está claramente a apostar na investigação à volta de Porto Rico. Recorde-se, porém, que foi o próprio Dias Loureiro quem pediu para ser ouvido no processo. O procurador-geral, Pinto Monteiro, fez-lhe a vontade. Ora, tal facto poderá



Dias Loureiro não prescinde do seu amigo e advogado Proença de Carvalho. Oliveira Costa foi levado algemado ao DCIAP

4 dicit

Não cometi nenhuma irregularidade

Não serei ouvido por mais ninguém

Só agora é que percebi alguns dos contornos do negócio da Biometrics, que me passaram ao lado

Manuel Dias Loureiro
antigo ministro e ex-conselheiro de Estado

ter levado o Ministério Público a apressar a investigação, já que Dias Loureiro iria, na qualidade de arguido, ter conhecimento imediato sobre o que estava em causa.

O ex-presidente do BPN Oliveira e Costa saiu por volta das 22.00 das instalações do DCIAP sem prestar declarações, depois de sete horas de interrogatório. O advogado de Oliveira Costa, Leonel Gaspar, disse aos jornalistas que "Oliveira Costa veio no âmbito do processo pendente prestar declarações, porque entende que deve continuar a colaborar com a justiça". ■

Operação da Biometrics foi vista à lupa pela AR

Resultado final foi a venda da tecnológica de Porto Rico a uma empresa 'offshore' por um dólar

O chamado negócio de Porto Rico já foi dissecado durante as sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN. Nas contas da Sociedade Lusa de Negócios, o resultado final foi a venda da Biometrics a uma empresa offshore por um dólar. Esta empresa pertence a El-Assir, amigo de Manuel Dias Loureiro, que vendeu a Biometrics à Sociedade Lusa de Negócios por 35 milhões de euros.

Ou seja, El-Assir começou por vender a Biometrics à SLN, esta depois revendeu-a a um fundo controlado pela própria SLN, sendo que no final o fundo desfez-se da empresa a favor da tal empresa offshore controlada pelo próprio El-Assir. Nas contas da SLN, o Excellence Assets Fund vendeu a Biometrics por um dólar.

Ouvido na Assembleia da República, um antigo administrador do fundo, António Rebelo, colocou em causa o papel de Dias Loureiro no negócio, considerando que um documento de 2001 assinado pelo ex-conselheiro de Estado

"não era vinculativo", porque Dias Loureiro não era "representante legal" do fundo.

O mistério à volta do negócio adensa-se com suspeitas de pagamentos de subornos. Dias Loureiro, chegou a garantir garantir que não teve conhecimento de tentativa de suborno de 14 milhões de dólares aos accionistas da Biometrics. Apesar de negar o conhecimento desta tentativa de suborno, Dias Loureiro admitiu que veio a ser informado posteriormente por um dos accionistas da Biometrics.

"Uma vez Victor Hoyos [presidente da Biometrics] falou-me que alguém o tentou enganar", disse o antigo ministro da Administração Interna dos governos de Cavaco Silva na primeira vez que foi ouvido no Parlamento para falar sobre o caso, acrescentando que negou ter tido conhecimento de qualquer manobra do género e que "até lhe disse [a Victor Hoyos] que isso [acusação de tentativa de suborno] era uma ofensa para as pessoas da SLN". ■ C. R. L.

Três arguidos, duas investigações

José Oliveira Costa, Manuel Dias Loureiro e Luís Caprichoso são os únicos arguidos em processos relacionados com o Banco Português de Negócios. O ex-presidente do BPN acumula a condição de arguido no caso principal (relacionado com o Banco Insular) com o processo de Porto Rico. Dias Loureiro está só neste, enquanto Luís Caprichoso, antigo administrador da instituição, apenas responde como arguido na investigação sobre o Banco Insular, um banco sediado em Cabo Verde e no qual há suspeitas de terem sido feitos saques de milhões de euros a descoberto. Como o banco cabo-verdiano nunca foi incluído nas contas da Sociedade Lusa de Negócios, os prejuízos também não foram contabilizados.



Bancos pequenos abertos a fusões

Consolidação pode surgir mas instituições financeiras negam problemas de liquidez.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

Os bancos de menor dimensão do sector financeiro português concordam que o actual contexto pode fomentar processos de consolidação.

O tema foi ontem levantado novamente pelo secretário de Estado do Tesouro e Finanças, à margem de uma conferência sobre regulação financeira do Ministério das Finanças. Carlos Costa Pina já havia defendido fusões na banca e ontem explicou referir-se a "instituições de menor dimensão". Para o responsável, estes bancos, "por estarem menos dependentes da actividade de depósitos, têm mais dificuldades em resistir a situações de liquidez como esta a que temos assistido ultimamente".

O Diário Económico contactou várias instituições nacionais, de dimensão inferior à dos cinco maiores bancos do mercado (BCP, BES, BPI, CGD e Santander Totta). Banif, Montepio Geral e Finibanco admitem processos de fusão no mercado mas desmentem que existam ainda problemas de liquidez no mercado. Até ao final da edição, não foi possível obter um comentário por parte do Banco Finantia e do grupo Crédito Agrícola.

"Há oportunidades para um movimento de consolidação no sector financeiro", assegura Tomás Correia, presidente do Montepio Geral, instituição que já assumiu publicamente o seu interesse na compra do BPN. Para este responsável, "em algumas circunstâncias pode ser vantajoso e pode ajudar as instituições a serem mais eficientes".

Uma opinião partilhada por Horácio Roque. O presidente do Banif defende que "existem algumas razões para que haja mais fusões entre bancos mais pequenos; é a maneira de ficarem maiores". Ganhos de escala que permitem que "uma série de custos possam ser partilhados". Para este banqueiro, o contexto actual abre portas para que este

tipo de movimentos avancem: "quando há mais dificuldades no mercado, as pessoas estão mais abertas a tomar determinado tipo de iniciativas".

Quanto a se o Banif poderá ser parte activa nesta tendência, Horácio Roque admite que o banco "não está fora de participar num processo dessa natureza, desde que seja respeitada a nossa dimensão e a nossa posição no mercado".

No entanto, e face às referências feitas por Costa Pina quanto a eventuais problemas para os bancos pequenos, defende: "não creio que nenhum banco hoje tenha problemas de liquidez".

Contactado, o presidente do Finibanco garante também que "nós não temos problemas de liquidez". Quanto às fusões, lembra apenas que "em qualquer momento podem ser feitas", não apenas em momentos de crise. Ser-se pequeno não é sinal de maiores dificuldades, assegura. E que as vantagens nas fusões estarão apenas em "eventuais ganhos de eficiências". ■



"Há oportunidades para consolidação no sector financeiro; em algumas circunstâncias pode ser vantajoso", defende Tomás Correia, presidente do Montepio.

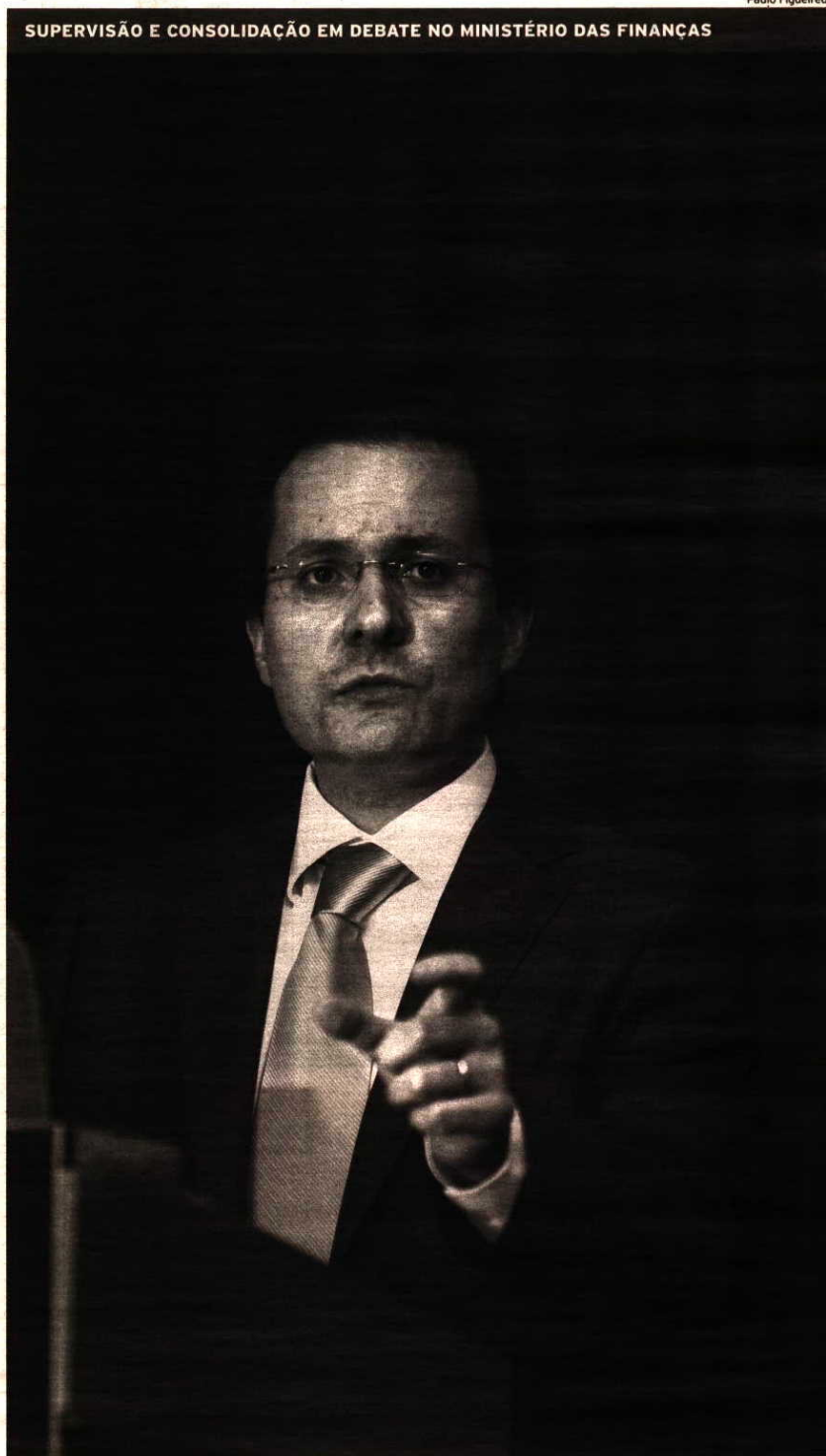


"Existem algumas razões para haver fusões entre bancos mais pequenos; a dimensão é fundamental para economias de escala", diz Horácio Roque.



"Em qualquer momento podem ser feitas fusões; poderá haver eventuais ganhos de eficiência", refere Costa Leite, presidente do Finibanco, sem mais comentários.

SUPERVISÃO E CONSOLIDAÇÃO EM DEBATE NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



Carlos Costa Pina, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, foi a voz do apoio do Governo à consolidação no sistema financeiro português, nomeadamente envolvendo os bancos de menor dimensão. Esta posição tinha já sido defendida por Vítor Constâncio e pelo próprio Costa Pina, no recente Fórum Banca do Diário Económico, que decorreu à cerca de três semanas.



BBVA defende que há excesso de balcões em Portugal

Em entrevista, Alberto Charro garante ser este “o único banco em Portugal que quer emprestar”.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

O mercado bancário português tem um “excesso de capacidade instalada” e, em algum momento, o sector terá de se reajustar ao elevado número de balcões que hoje possui, face à dimensão do mercado.

“O mercado é o que é. O sector tem de passar por uma reconversão; em algum momento isso terá de se reconhecer”, defende o administrador-delegado do BBVA em Portugal. Em entrevista ao Diário Económico, Alberto Charro faz mesmo um paralelismo com o sector automóvel, que está a ser alvo de um reajuste face à drástica redução da procura.

Para este responsável, independentemente de futuros eventuais processos de concentração, “os bancos vão ser pressionados muito fortemente a diminuir os seus custos industriais”. Apesar desta “saturação da rede de balcões”, Alberto Charro admite

que, no caso concreto do BBVA em Portugal, é necessário crescer. “Temos uma rede pequena, de 100 agências, que tem de ser maior”, reconhece. Também fruto da actual conjuntura, por enquanto, as novas aberturas mantêm-se pontuais. “O passo para a abertura de balcões acontecerá quando tivermos a certeza dos locais adequados e de como se irão dimensionar as redes em Portugal”, explica. “Temos uma estratégia de fortalecer a nossa casa para poder avançar com crescimento orgânico”. Quanto à hipótese de crescer por aquisições, o BBVA continua a referir que o banco tem “uma lógica de crescimento orgânico”. Questionado sobre se o BPN poderia ser um alvo interessante, Alberto Charro garante que “não está em cima da mesa” e que não estão “pro-activamente à procura”.

“Somos o único banco que quer emprestar”

Sendo parte integrante de um



Alberto Charro
Administrador-delegado do BBVA em Portugal

“Pagar pelos depósitos acima da Euribor não é um favor ao País. As centenas de milhares de euros que estamos a pagar, estamos a retirar do sector económico que nos vai tirar da crise: as famílias e as empresas”.

grupo bancário que nesta conjuntura não enfrentou “crises de accionistas, de liquidez ou de capital”, o BBVA Portugal tem condições e que financiar empresas e particulares.

“Somos o único banco em Portugal que se está a posicionar como banco que quer emprestar”, assegura Alberto Charro. O responsável diz ter pena que não se possa fazer “publicidade comparativa” e lamenta que as pessoas tenham “uma certa dificuldade em acreditar” na disponibilidade do BBVA para emprestar e na sua oferta em termos de preços. O segmento de particulares, juntamente com o das PME são as grandes apostas da instituição para crescer em Portugal e para diversificar o negócio, hoje bastante centrado nas grandes empresas. Na carteira de clientes do BBVA, “dois terços são grandes empresas e um terço particulares”, explica. “Queremos que as PME aumentem substancialmente”, diz o administrador-de-

legado, admitindo que “aumentar claramente nos particulares requer um trabalho industrial de fundo que não é tão rápido”. O BBVA reforçou recentemente a sua rede de distribuição para empresas, tendo hoje entre 25 e 27 centros empresa. Ainda assim, o BBVA atravessa em Espanha um processo de reestruturação para reduzir custos, com um programa de redução de balcões e reformas antecipadas.

Sobre a estratégia que tem sido assumida por boa parte da banca em Portugal de reforçar a captação de depósitos, com recurso ao pagamento de maiores remunerações, Alberto Charro contesta. “Pagar pelos depósitos acima da Euribor não é um favor ao País. As centenas de milhares de euros que estamos a pagar, estamos a retirar do sector económico que nos vai tirar da crise: as famílias e as empresas”, garante. Até porque, recorda, “o bolo de poupança dos portugueses é o que é”, com limites. ■



FINANÇAS

BPN aumenta buraco financeiro mas desce prejuízos

Números do primeiro trimestre, divulgados ontem, revelam resultado negativo de 16,5 milhões de euros.

Sandra Almeida Simões
e Maria Ana Barroso
sandra.simoeseconomico.pt

O BPN fechou o primeiro trimestre deste ano com um "buraco" financeiro de quase 1,7 mil milhões de euros e um prejuízo de 16,5 milhões de euros. As contas apresentadas ontem pela gestão de Francisco Bandeira revelam que a situação patrimonial negativa sofreu um ligeiro agravamento, cerca de 41 milhões de euros, nos primeiros três meses deste ano face ao valor de fecho de 2008. Em contrapartida, a actual administração reduziu os prejuízos em 88,5% para 16,5 milhões de euros contra os 143,8 milhões de euros, em termos de média trimestral, no exercício terminado em 31 de Dezembro de 2008.

Norberto Rosa, administrador do BPN, lembra, no entanto, que, "sem o nível de provisionamento, estávamos no 'break-even'". Os resultados operacionais da instituição atingiram um valor marginalmente positivo de dois milhões de euros. Para esta melhoria, explica o responsável, contribuiu sobretudo a margem financeira, que subiu 18,1% para os 32,1 milhões de euros. Uma subida que resultou de terem sido reduzidos "drasticamente os encargos financeiros", com o corte nos juros que no passado eram pagos pelos depósitos. A recuperação das bolsas já sentida este ano ajudou também, permitindo uma melhoria dos resultados de operações financeiras. No total, o

Recursos de clientes caem 14,2%

Uma das grandes dificuldades para a instituição, após a nacionalização em Novembro do ano passado, continua a ser a captação de recursos junto dos clientes que, no total, apresentou uma queda de 14,2% para 5,1 mil milhões. Os depósitos a prazo foram os mais penalizados, com os clientes do BPN a retirarem mais de 626 milhões dos cofres do banco em apenas três meses. Com uma queda de 15,5%, o valor cifra-se em 3,4 mil milhões, enquanto os depósitos à ordem sofreram uma queda de 6,6% dos 959,9 milhões de Dezembro para 896,1 milhões de final de Março. Norberto Rosa explica que, mais do que a desconfiança que, sobretudo antes da nacionalização, levou ao levantamento de depósitos, a redução das remunerações pagas nestes produtos (para valores mais em média com o mercado) foi a grande razão.

produto bancário cresceu para os 54,1 milhões de euros.

O rácio de eficiência ("cost to income") melhorou face à respectiva média trimestral em 2008, dos 304,1% para 96,3%. A administração do banco iniciou, desde que assumiu funções, um programa de corte de custos. A redução de despesas veio, nomeadamente, dos menores custos de pessoal (com a não renovação de vários contratos a prazo), do corte da publicidade e da renegociação de contratos com fornecedores.

Crédito a clientes cresce, mas malparado agrava-se

O crédito a clientes apresentou um crescimento de 3,3% para mais de 6,9 mil milhões, embora líquido de imparidades o valor tenha registado um incremento marginal de 0,7%. O maior contributo surgiu dos empréstimos concedidos ao segmento empresarial, enquanto o crédito a particulares registou uma tendência inversa (um decréscimo de 41,6%).

O rácio de crédito vencido com mais de 90 dias face ao crédito total veio a fixar-se em 5,6% contra 4,5% em Dezembro do ano passado. Este agravamento resulta de "existir agora um panorama real que antes não estava evidenciado" nas contas. "O banco praticamente não tinha crédito vencido", lembra Norberto Rosa. Os empréstimos (que no BPN são sobretudo a empresas) eram reestruturados, sem que fossem feitos, por exemplo, quaisquer reforços de garantias. Havia, por outro lado, situações de "perdão de juros".

A progressiva regularização destes créditos, que ainda prossegue, significa que o nível de malparado no banco "vai continuar a agravar-se", admite o administrador.

O volume de imparidades de crédito e de outros activos, líquidas de reversões, atingiu os 11,1 milhões de euros. As provisões atingiram os 14,8 milhões de euros. ■



PSD quer custos da

Exigida comparação com o plano Cadilhe para o BPN.

Lígia Simões
ligia.simoeseconomico.pt

O PSD vai solicitar a inclusão dos custos da nacionalização do BPN no relatório da comissão parlamentar de inquérito que investiga a situação que levou à nacionalização da instituição e sobre a supervisão bancária. O objectivo dos sociais-democratas é que nas conclusões do documento final conste a comparação da solução adoptada (nacionalização) com outras soluções, nomeadamente o plano de Miguel Cadilhe, que assumiu a presidência do Grupo SLN an-

tes da nacionalização do BPN.

O deputado Hugo Velosa revelou ao Diário Económico que esta é apenas uma das várias alterações que o PSD propôs ao documento que está a ser elaborado pela deputada socialista Sofia Sanfona, e cujo prazo para entrega de propostas terminou ontem. Hoje será discutida a redacção final da parte expositiva do relatório, que contou com os contributos dos restantes grupos parlamentares, recaindo a expectativa sobre os acertos que vão ser aceites pelo PS.

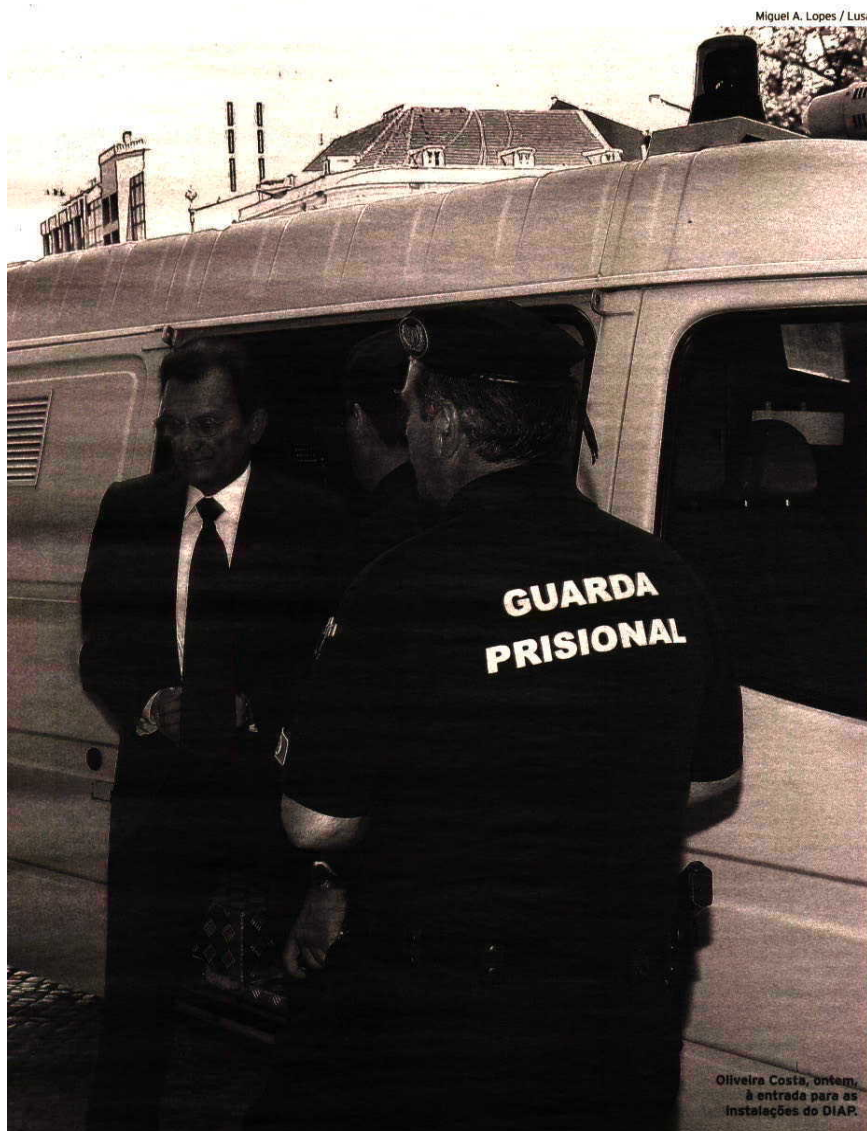
"Pretendemos colmatar algumas omissões do relatório preliminar", diz Hugo Velosa. Em causa estão, diz, "questões como o Plano de Cadilhe - a este res-

BPN REDUZ PREJUÍZOS PARA 16,5 MILHÕES

Síntese dos principais indicadores da actividade consolidada do BPN no primeiro trimestre deste ano.

	2008 média trimestral	Março de 2009	Varição
Margem financeira	27,2	32,1	18,1%
Produto da Actividade	22,7	54,1	138,5%
Capitais próprios	-1.624,6	-1.665,1	-2,5%
Créditos sobre clientes	5.278,40	5.317,80	0,70%
Recursos de clientes	5.128,30	4.400,60	-14,20%
Cost to income	304,1%	96,3%	
Resultado Consolidado	-143,8	-16,5	88,5%

Fonte: Relatório da actividade consolidada do BPN



Oliveira Costa, ontem, à entrada para as instalações do DIAP.

Oliveira Costa ouvido no caso de Porto Rico

Um dia após a audição de Dias Loureiro, o negócio de Porto Rico levou a mais diligências.

Lúcia Simões

lucia.simoeseconomico.pt

José Oliveira Costa foi, ontem, ouvido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) sobre o negócio de Porto Rico, podendo mesmo ter sido constituído arguido. O antigo presidente do BPN foi interrogado pelo procurador Rosário Teixeira, que coordena as investigações nos vários casos do banco. Em causa está a ligação ao chamado negócio de Porto Rico, o qual terá provocado um prejuízo de 40 milhões de euros ao BPN. Na mira do Ministério Público estão, segundo fontes judiciais, os crimes de burla e falsificação de documentos. O caso de Porto Rico envolve a compra e venda da Biometrics, uma empresa tecnológica, e poderá vir a somar dois arguidos.

A 20 de Novembro de 2008, Oliveira Costa foi detido, no âmbito das investigações a alegadas práticas de gestão danosa. O empresário, de 73 anos, é acusado dos crimes de burla agravada, fraude fiscal, branqueamento de capitais e fuga ao fisco.

Ontem de manhã, Dias Loureiro regressou ao DCIAP para a continuação do interrogatório de quarta-feira passada, depois de lhe ter sido aplicado o Termo de Identidade e Residência (TIR) como medida de coacção.

O ex-conselheiro de Estado foi igualmente constituído arguido neste processo sobre o negócio de Porto Rico, que foi autonomizado da investigação principal ao BPN. Um processo que decorre no âmbito das investigações de dois negócios de 2001: a venda da empresa concessionária de águas em Marrocos da SLN, de que o ex-ministro era presidente, aos franceses da Vivendi e a operação de compra e venda da tecnológica porto-riquenha Biometrics Imaging, que estava falida e se saldou num prejuízo de cerca de 40 milhões de euros.

O Ministério Público pretende saber o destino de um diferencial de 10 milhões de dólares (7,5 milhões de euros), relacionado com três operações que decorreram no mesmo dia e que envolveram a Biometris. A 30 de Novembro de 2001, a SLN - detentora do BPN -

comprou 25% desta tecnológica por 31,25 milhões de dólares, tendo no mesmo dia vendido essa posição ao Excellence Assets Fund (EAF) pela mesma verba. No mesmo dia, a SLN comprou o EAF (à empresa La Granjilla, sediada no Panamá e pertencente ao empresário libanês El Assir) por 21 milhões de dólares.

Em Fevereiro, na comissão parlamentar de inquérito, o ex-administrador do EAF, Coutinho Rebelo disse não conhecer um documento assinado por Dias Loureiro sobre o negócio de Porto Rico. Além disso, ao contrário do antigo administrador da SLN, Coutinho Rebelo garantiu que a compra da porto-riquenha Biometric custou bem mais do que "um dólar".

Na quarta-feira, à saída do DCIAP, o antigo conselheiro de Estado sublinhava que "não cometeu nenhuma ilegalidade". "Só hoje (1 de Julho) percebi alguns contornos do negócio da

Na mira do Ministério Público estão os crimes de burla e falsificação de documentos.

Biometrics que me passaram completamente ao lado", disse Dias Loureiro, que acrescentou durante a inquirição ter sido "confrontado com documentos que nunca tinha visto".

Em Novembro de 2008, na sequência de várias irregularidades detectadas pelo Banco de Portugal, o governo decidiu nacionalizar o BPN, até então detido pela SLN. A prisão preventiva de Oliveira Costa foi considerada uma medida "necessária" para facilitar o acesso às provas, mais do que prevenir a sua destruição.

No final do ano passado, o governador do Banco de Portugal deu conta ao Parlamento da instauração de seis processos relacionados com o BPN e que estão relacionados não só com o branqueamento de capitais, mas também com a prestação de informações falsas, falsificação de contabilidade, de inobservância de regras contabilísticas e de violação de normas registrais. ■

nacionalização no relatório

peito falta muita coisa na parte expositiva - nomeadamente a ênfase de que se trata de uma proposta flexível", afirmou. Outros pontos focados pelo PSD incidem nas tentativas de venda do BPN antes da intervenção do Estado, os custos de nacionalização, os factos justificativos da nacionalização, e a relação entre a PGR e o Banco de Portugal.

Sobre os custos da nacionalização, o deputado laranja recorda que não se pode perder de vista o objecto da criação desta comissão de inquérito: "situação que levou à nacionalização do BPN". Neste sentido, reforça, "a opção da nacionalização tem de ser sustentada. O Governo entendeu que nem valia a pena re-

"A opção da nacionalização tem de ser sustentada. O relatório do BPN deve incluir a comparação com outras soluções como o plano Cadilhe", diz Hugo Velosa.

gociar o plano Cadilhe porque a decisão já estava tomada", defende Hugo Velosa.

O PCP entregou também uma série de propostas de alteração ao relatório. Em matéria de segredo de justiça e segredo profissional, o deputado Honório Novo quer que seja incluída a recusa do BPN em indicar se o último crédito concedido pelo banco ao Grupo Visabeira foi concedido antes ou depois da nacionalização. O PCP fez ainda sugestões de aditamento em matéria de facto e de direito, como a "repetição" da história da completa inserção do Insular no grupo SLN/BPN. São ainda várias as referências ao Banco de Portugal e à actuação do Governo na nacionalização. ■ **Com S.A.S.**



BANCA

Foi o inquérito ao BPN que fez de Dias Loureiro arguido?

PCP não tem dúvidas, Bloco diz que ajudou, PS garante que nem pensar

MARIA JOÃO GAGO
mijago@negocios.pt

Depois de ter estado duas vezes na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) a prestar esclarecimentos sobre a sua passagem pelo grupo, Manuel Dias Loureiro foi constituído arguido. Em causa estão os negócios de venda da concessão marroquina Redal e de compra da porto-riquenha Biometrics, amplamente abordados nos trabalhos da comissão. Ainda assim, os deputados divergem sobre o peso que o inquérito teve na decisão do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

Honório Novo, do PCP, não tem dúvidas de que as diligências levadas a cabo pela comissão resultaram na constituição do arguido Dias Loureiro. "Se alguém neste País duvida disso é porque tem andado muito distraído", afirmou o deputado comunista. João Semedo, do Bloco de Esquerda (BE), admite que "o conteúdo das duas audições de Dias Loureiro na comissão tenham constituído informação relevante para a actividade judicial. Mas só desse ponto de vista", sublinhou o deputado.

Por seu turno, Leonor Coutinho, do PS, afasta qualquer relação entre os trabalhos que decorreram no Parlamento ao longo dos últimos seis meses e o facto de o antigo conselheiro de Estado ter sido constituído arguido. Para a deputada socialista o antigo gestor da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) "cometeu o erro que ter querido ser ouvido no Parlamento pensando que era muito fácil dizer às pessoas, com a sua credibilidade de antigo governante, dizer que estava tudo bem".

Oliveira Costa ouvido no caso da compra da Biometrics

Depois de Dias Loureiro ter ido ao DCIAP prestar declarações sobre a compra da Biometrics, na quarta-feira, ontem foi a vez de José de Oliveira Costa, antigo presidente do BPN e da SLN, ter sido ouvido pelo organismo liderado pela procuradora Cândida Almeida.

De acordo com a Lusa, Oliveira Costa, que já é arguido no processo principal, chegou ao DCIAP às 14h40



Antigo conselheiro de Estado é arguido no processo sobre o negócio de Porto Rico.

e permanecia nas instalações à hora de fecho desta edição. Também o ex-conselheiro de Estado deverá ter voltado ontem ao DCIAP, noticiou a edição electrónica do "Diário de Notícias".

PCP e BE querem fracasso do fim do sigilo no relatório

Entretanto, ontem os partidos de oposição entregaram as propostas de alteração da versão inicial do relatório que dá conta da actividade da comissão. Entre as várias sugestões, destaca-se a proposta feita pelo PCP, no sentido de o documento referir que o inquérito parlamentar não conseguiu impor o fim do sigilo profissional alegado pelo Banco de Portugal e pelo BPN, por exemplo.

Honório Novo quer que fique claro que apesar de ter proposto à comissão que se recorresse ao Tribunal, tal nunca aconteceu. "Não foi esse o entendimento maioritário da Comissão, não obstante esta proposta (...) ter sido apoiada por todos os representantes partidários com excepção dos pertencentes ao Partido Socialista", lê-se no documento que o PCP enviou à relatora Sónia Sanfona, do PS.

Também o BE quer que o relatório deixe claro que a comissão só não pediu o fim do sigilo profissional, por causa do bloqueio da maioria socialista. "O PS propôs e aprovou com os votos dos seus deputados e contra o voto dos demais que a comissão não apresentasse recurso para o Tribunal da Relação", refere o Bloco.

As propostas do CDS ocupam 55 páginas, enquanto o PSD fez cerca de 50 sugestões.

DA AR AO DCIAP

Foi Dias Loureiro quem pediu para ir ao Parlamento. Ainda antes de ser ouvido duas vezes no inquérito ao BPN, foi falar à RTP. Agora está a falar ao DCIAP

Dias Loureiro pede para ir à AR

Pouco após a nacionalização do BPN, Dias Loureiro, ex-gestor do grupo, pede para ir ao Parlamento explicar passagem pela SLN. A 19 de Novembro, o PS chumba esta iniciativa. CDS vai pedir criação de uma comissão de inquérito.

Antigo gestor da SLN fala à RTP

Como não foi ao Parlamento, Dias Loureiro dá entrevista à RTP onde diz que confiava em Oliveira Costa e revela que fez queixas a António Marta, ex-vice governador do BdP, sobre o modelo de gestão do BPN.

Marta contradiz DL que visita Cavaco

Um dia após a entrevista, o "Expresso" noticia que Marta tem uma versão diferente de Dias Loureiro (DL) sobre a reunião, onde se terá queixado do excesso de zelo do BdP. DL vai falar com Cavaco Silva e diz não ver razões para sair do Conselho de Estado.

Audições na AR e nova contradição

Em Fevereiro, DL vai à comissão de inquérito e diz que pouco fez na compra da Biometrics. De seguida, "Expresso" mostra que DL teve papel mais importante no negócio. Este garante que não mentiu e mostra vontade de regressar à AR.

Oliveira Costa trama DL

Depois de DL ter regressado à AR, ex-líder do BPN compromete-o. DL sai do Conselho de Estado e pede para ser ouvido pela PGR.

DL arguido

DL é constituído arguido e chamado ao DCIAP para explicar negócio de Porto Rico. Garante não ter feito ilegalidade.

Banco teve prejuízos de 16,5 milhões

O BPN teve prejuízos de 16,5 milhões de euros no primeiro trimestre deste ano, uma diminuição significativa face a perdas trimestrais indicativas de 143,8 milhões de euros, valor extrapolado dos dados referentes ao conjunto do ano. No final de Março último, a margem financeira era de 32,1 milhões, enquanto o produto da actividade totalizou 54 milhões. Por seu turno, os custos fixaram-se em 52,1 milhões e foram realizadas provisões e outras imparidades no valor de 15,9 milhões. Os capitais próprios do banco mantiveram-se em redor dos 1,6 mil milhões. No primeiro trimestre, o banco perdeu 700 milhões em depósitos.



Foi o inquérito ao BPN que fez de Loureiro arguido?

O antigo conselheiro de Estado foi constituído arguido depois de ter passado duas vezes pelo Parlamento para dar explicações à comissão de inquérito à nacionalização do BPN. Os deputados dividem-se sobre o efeito desta comissão: o PCP não tem dúvidas de que teve consequências, o Bloco diz que ajudou. O PS acha que não. **Empresas 15**



Oliveira e Costa chamado para novo interrogatório

Dias Loureiro também voltou a ser interrogado pelo Ministério Público

NELSON MORAIS
sociedade@jn.pt

Antigo banqueiro foi interrogado pelo Ministério Público durante sete horas sobre os negócios da SLN/BPN. Além de Oliveira e Costa, os magistrados titulares do processo também quiseram ouvir novamente Dias Loureiro

Depois de Dias Loureiro, o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) interrogou, ontem, o ex-presidente da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN, Oliveira e Costa, por causa dos negócios de Porto Rico e Marrocos.

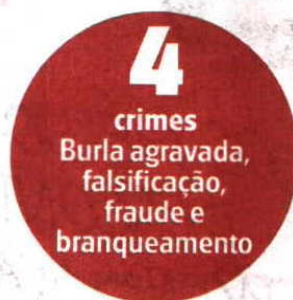
Estes negócios, realizados entre 2001 e 2003, foram desastrosos para a SLN e o BPN, mas o procurador Rosário Teixeira tenta apurar se foram lucrativos para Dias Loureiro e Oliveira e Costa.

Nos últimos meses, ambos os ex-administradores da SLN apresentaram, na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, versões diferentes da compra e venda das empresas porto-riquenhas Biometrics Imagineering e New Technology e da marroquina Redal. Dias Loureiro disse que não teve nada a ver com os negócios de Porto Rico, que assumiu terem representado perdas de pelo menos 38 milhões de euros, mas foi desmentido por Oliveira e Costa.

Rosário Teixeira tê-los-á confrontado ontem com essas contradições, e questionado Oliveira e Costa sobre o teor dos depoimen-



Oliveira e Costa voltou ontem a ser ouvido pelo Ministério Público por causa dos negócios da SLN/BPN



tos prestados, horas antes, por Dias Loureiro. Este foi interrogado pelo DCIAP na quarta-feira e ontem de manhã, enquanto o outro foi ouvido durante a tarde de ontem.

A investigação dos negócios de Porto Rico e Marrocos é autónoma do processo principal do BPN, que motivou a prisão preventiva de Oliveira e Costa, suspeito de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais, entre outros crimes.

Oliveira e Costa, também arguido no novo inquérito, segundo adiantou o DN ontem à tarde, já disse que os negócios de Porto Rico e Marrocos foram proporcionados pela amizade de Dias Loureiro com Abdul El Assir. Este libanês tinha uma participação na Biometrics e foi contratado pela SLN para ajudar a vender a Redal. Terá avisado que, se a SLN não comprasse a empresa porto-riquenha, através do veículo offshore Excellence Asset Fund (EAF), deixaria a venda da Redal. ■

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Relatório será votado na próxima terça-feira

➔ A versão preliminar do relatório da comissão parlamentar de inquérito acusa o BPN, Banco de Portugal (BdP) e as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PriceWaterHouseCoopers de recusar documentos e informações, escudando-se no sigilo profissional.

“O Banco de Portugal, o Banco

Português de Negócios e as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PriceWaterHouseCoopers recusaram-se a fornecer os documentos e/ou informações solicitadas com o fundamento de que os mesmos estariam abrangidos por sigilo profissional, na modalidade de sigilo bancário e sigilo de supervi-

são”, refere o versão preliminar do relatório.

O esboço, da autoria da deputada relatora Sónia Sanfona (PS), explicita que foi recusada correspondência do BdP com a Deloitte, a Ernest & Young, o BPN e seus administradores, incluindo aquela que inclui os esclarecimentos sobre as operações e os relatórios

de auditoria às contas do banco. Ainda sobre o supervisor, em falta terá ficado também por entregar informação sobre as relações entre o BPN e empresas em offshores, a solução para o banco proposta por Miguel Cadilhe e a proposta para a nacionalização e documentação sobre a compra do Banco Efisa. ■



CASO BPN PÁGINA 8

**Dias Loureiro
e Oliveira e Costa
de novo ouvidos**



Caso BPN

Oliveira Costa ouvido no DCIAP

• O ex-presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Oliveira Costa, esteve ontem no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), em Lisboa, para ser ouvido.

Segundo a agência Lusa, Oliveira Costa – que está em prisão preventiva há vários

meses –, chegou às 14h40, numa carrinha celular e não quis prestar declarações.

A par da audição de Oliveira Costa, o Ministério Público ouviu também o ex-conselheiro de Estado, Manuel Dias Loureiro, sobre assuntos que envolvem negócios da SLN relativos à compra,

Ex-presidente da SLN chegou em silêncio à audição

no ano de 2001, da empresa Biometrics, em Porto Rico, e ainda à venda da Redal, concessionária de águas em Marrocos.

De recordar que Oliveira Costa foi detido por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

Violação. Já a SLN foi alvo de vários processos por indícios de branqueamento de capitais, violação de normas preventivas de utilização do sistema financeiro e violação do dever de informação ao supervisor.

Investimento Banco de Portugal e CMVM rejeitam responsabilidades

SLN Valor falha acerto de contas com clientes que adquiriram títulos no BPN

Uma das emissões já venceu e só foram pagos juros e 10 por cento do capital. Banco de Portugal e CMVM dizem não ter qualquer responsabilidade

Rosa Soares

Os subscritores de papel comercial emitido pela SLN Valor, que era a accionista maioritária do Banco Português de Negócios (BPN), entretanto nacionalizado, estão desesperados com a falta de informação relativa ao reembolso da emissão de 50 milhões de euros, vencida no passado dia 19 de Junho e da qual só receberam os juros e 10 por cento do capital. No início de Agosto vence mais uma emissão no montante de 100 milhões de euros, realizada três meses antes da nacionalização do BPN, quando as autoridades já conheciam o problema de insolvência do banco, e os detentores destes títulos estão igualmente preocupados em relação ao seu reembolso.

Contactada pelo PÚBLICO, fonte próxima da administração da SLN Valor limitou-se a dizer que a empresa está a tentar negociar um empréstimo, com o BPN ou outra instituição financeira, de forma a poder fazer o pagamento do papel comercial (títulos de dívida emitidos pelo prazo inferior a um ano, com uma taxa de juro superior à dos depósitos a prazo, com risco associado ao emitente ou à falta de garantias).

Contactado o BPN, que colocou a emissão junto dos clientes, fonte oficial adiantou que a administração do banco não pretende fazer declarações sobre este assunto, remetendo o PÚBLICO para a SLN Valores.

Os clientes do BPN queixam-se de andar num verdadeiro pingue-pongue, já que os funcionários do banco se limitam a dizer que receberam instruções da administração para dizer que a responsabilidade do pagamento é da SLN Valor e nada mais. Não conseguem contactar os responsáveis da SLN Valor, presidida actualmente por Alberto Figueiredo, nem obter esclarecimentos do Banco de Portugal (BdP).

Os clientes temem pela capacidade da SLN Valor de cumprir os empréstimos. Para além deste, que está já em incumprimento, em Agosto vencerá o outro, de 100 milhões, emitido já com Miguel Cadilhe à frente do grupo e destinado a financiar o aumento

De quem é a SLN Valor e que património tem

A Sociedade Lusa de Negócios Valor (SLN Valor) SGPS detém 31,5 por cento da SLN, que era dona do Banco Português de Negócios (BPN), e de diversos outros activos, como o Grupo Português de Saúde, a Plêiade e a OPI. Entre as garantias que a SLN Valor terá apresentado ao BPN, agora nacionalizado, e alegadamente a outros bancos, está a maioria do capital da OPI, uma sociedade que detém vários activos imobiliários, incluindo terrenos em Alcochete, e que, segundo a empresa, valerá mais de 200 milhões de euros. Foi dada ainda como garantia desse empréstimo uma dívida de 70 milhões de euros que a SLN terá perante a SLN Valor. A SLN Valor tem um capital social de 172,2 milhões de euros que é detido em 61 por cento por uma dezena de accionistas, os maiores dos quais são Manuel Eugénio Neves dos Santos (15,2 por cento), Adelino Silva (11) e Joaquim Coimbra (10,7 por cento).

de capital do BPN. Os clientes consideram preocupante que a actual administração do BPN, nacionalizado, descarte responsabilidades e tenha inclusive recusado um empréstimo de 130 milhões à SLN Valor, que alega ter apresentado garantias com mais do dobro do valor do empréstimo (ver caixa nesta página).

Onde estão as autoridades

Os investidores acusam a instituição liderada por Vítor Constâncio de ter responsabilidades directas na situação criada com esta emissão, e eventualmente com a próxima, uma vez que estas foram realizadas em Junho e Agosto do ano passado, poucos meses antes da nacionalização, e quando já era do seu conhecimento a situação de insolvência do BPN, que era o principal activo da SLN Valor.

Contactado pelo PÚBLICO, o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) descartam qualquer responsabilidade em relação à supervisão das referidas emissões de papel comercial. Fonte oficial adiantou que "o Banco de Portugal não tem qualquer intervenção no processo de emissão de papel comercial", remetendo para o Decreto-Lei 69/2004, de 25 de Março. Fonte oficial da entidade supervisora da bolsa disse ao PÚBLICO que pelos montantes envolvidos "as emissões não estão sujeitas à aprovação da CMVM", salientando ainda que o BPN não é uma entidade cotada.

Um jurista independente entende que, apesar de a aprovação não passar pela CMVM, estão em causa "valores mobiliários" que estão sob a supervisão da CMVM, salientando ainda que o cumprimento dos deveres de informação a prestar pelo banco relativamente ao produto também é da responsabilidade da entidade liderada por Carlos Tavares.

Clientes sem documentos

Muitos dos clientes do BPN sentem-se enganados. Alegam não ter documentos assinados por si relativos à subscrição do papel comercial, uma situação semelhante à de alguns clientes do Banco Privado Português (BPP). Garantem que, tal como no BPP, a aplicação lhes foi "vendida" pelos funcionários do banco como "um produto de capital e juros garantidos", que era emitido pela "dona do banco" e que em muitos casos a autorização foi dada oralmente.

A ficha técnica da emissão, que aparentemente alertaria para o risco, não está disponível no banco, e muitos clientes garantem não a ter visto, nem saber da sua existência.

As emissões em causa não têm qualquer garantia associada. De acordo com a legislação em vigor, não é exigido rating ou prestação de garantia quando se trate de emitentes com capitais próprios ou património líquido não inferiores a 5 milhões de euros ou sempre que o valor nominal unitário da emissão seja igual ou superior a 50.000 euros, que é o caso.

Produtos da SLN Valor foram vendidos aos balcões do BPN



BPN com prejuízo de 16,5 milhões

Capitais próprios negativos de 1665 milhões

O Banco Português de Negócios (BPN) registou um resultado líquido negativo de 16,5 milhões de euros no primeiro trimestre do ano, mas apresentou resultados operacionais positivos de dois milhões de euros. O valor compara com prejuízos médios trimestrais de 143,8 milhões de euros em 2008, precisou ontem em comunicado o banco

nacionalizado e sob gestão provisória da CGD. No final do primeiro trimestre o BPN reforçou as provisões em 13,8 milhões de euros e o activo líquido aumentou 0,8 por cento relativamente a Dezembro, ascendendo a 8257 milhões de euros. Os capitais próprios são negativos em 1665 milhões de euros, em linha com o anunciado nas contas de 2008.



Oliveira Costa foi ontem ouvido no DCIAP

O ex-presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Oliveira Costa, esteve ontem no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), em Lisboa, para

ser ouvido. Também ontem, Dias Loureiro terá sido ouvido novamente no DCIAP na continuação da audição do dia anterior.



DANIEL ROCHA

Temem integridade

Trabalhadores do BPN pedem ajuda ao PR

● Um grupo de trabalhadores do BPN endereçou o Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao ministro das Finanças um pedido de ajuda na sequência da situação criada com o não pagamento do empréstimo de capital comercial e a contestar a forma como o banco, agora nacionalizado, está a ser gerido.

A carta foi endereçada de forma anónima, por admitirem receio nas consequências, e começa por descrever a situação dos trabalhadores, que, oito meses depois de a instituição tem sido nacionalizada, permanece com futuro indefinido. Para além de evidenciarem o não cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário, assumido pelo banco,



O Presidente da República, Cavaco Silva, foi um dos destinatários da carta dos funcionários do BPN

os trabalhadores sublinham a "falta de lucidez e transparência da gestão no momento actual", já que são privilegiadas "abertura de contas, mesmo sem valor, à manutenção do negócio". Se a indefinição sobre o futuro do banco e o facto de ele ter estado "a servir de tema para as campanhas dos partidos" são motivo de preocupação, um dos episódios mais recentes, o não pagamento do Papel Comercial vencido a 19 de Junho, leva-os a temer pela própria integridade física. O conselho de administração mandou os trabalhadores remeterem os clientes para a SLN Valor. "Mas os clientes deixaram de ser do BPN?", questionam, lembrando que os clientes pedem responsabilidades aos trabalhadores do banco. "Somos nós e as nossas famílias que servimos de joguetes sem nexos e com riscos elevados de ordem física e psicológica", relembram na missiva.

**50 milhões em títulos****SLN falha acerto de contas com clientes do BPN**

● Os subscritores de papel comercial emitido pela SLN Valor, a accionista maioritária do BPN, estão desesperados com a falta de informação sobre o reembolso da emissão de 50 milhões de euros, vencida no passado dia 19 e da qual só receberam os juros e 10% do capital. → *Economia, 26/27*



EDITORIAL

A caça ao Pinho



PAULO GAIÃO
p.gaiao@semanario.pt

Se **TIVESSE** sido na China, na viagem maravilhosa de há três anos, que Manuel Pinho fizesse uns chifres, Sócrates tinha-lhe certamente gritado que o seu acto era injustificado, mas que ele tinha de resistir, como lhe gritou, aliás, para não se ir abai-xo depois de ter dito aos chineses que uma das principais vantagens competitivas de Portugal era ter uma mão-de-obra barata. Hoje, a situação é muito diferente. Os socialistas estão zangados com os erros próprios, com os resultados das europeias, com o próprio independente que escolheram para encabeçar a lista ao Parlamento Europeu, o professor Vital Moreira, o homem da "roubalheira no BPN" e estão a fazer aos independentes o mesmo massacre que os portugueses lhe fizeram. O caso dos chifres, que marcou ontem o debate do Estado da Nação, podia ser um simples "fait divers". Mas o próprio PS quis dar o exemplo, abrindo a caça ao Pinho, como já tinha aberto a caça ao Lino, inaugurada por António Costa esta semana, ao insultar de tudo o ministro das Obras Públicas por causa de uma questão menor relativa ao metropolitano de Lisboa. Os independentes são sempre o elo mais fraco. Dão jeito para os Estados Gerais e para as Novas Fronteiras, dão jeito para mostrar que um partido está muito pujante na sociedade. Mas, quando tudo corre mal, quando tudo se desmorona, são eles os primeiros a sofrer, são eles os bodes expiatórios. À custa deles, os socialistas também se unem mais e fazem a sua catarse para limpar consciências e aparecerem, de novo, virtuosamente, aos olhos dos eleitores. Ontem, toda a gente quis crucificar Manuel Pinho, verdadeiramente imulado no hemisfério por Sócrates, Jaime Gama, Alberto Martins. A Assembleia da República parecia o tribunal do Santo Ofício. Porquê? Porque Pinho se descontrolou e teve um acto injustificado. Mas quantos actos injustificados não existiram já na Assembleia da República? E quanto ao alvo do acto injustificado de Manuel Pinho, o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, alguém se lembra do seu acto injustificado de dizer que tinha dúvidas de que a Coreia do Norte, o regime do Querido Líder, não fosse uma democracia? Ou será que este louvor a Pyongyang também não passou de uma pilhéria? A mesma pilhéria de Pinho. Quando o PS voltar a precisar de independentes para imitar a pujança dos "États Generales" ou imitar as Novas Fronteiras de Kennedy, os independentes do "jamais" e "estou velho para estar no governo", da "roubalheira do

BPN", "da crise que acabou" e dos chifres apontados a Bernardino Soares na AR, estes e os outros todos independentes que vão ser aliciados para um dia serem crucificados, devem fazer um manguito ao PS.

La "belle indifférence"

Neste período acelerado de pré-campanha para as legislativas de 27 de Setembro, as armas de arremesso entre o PS e do PSD têm sido as negociatas, praticadas ora por um partido, ora por outro, quando tiveram o poder e comandaram, a partir do Estado, os vários centros de influência. Zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades. Esta situação é demonstrativa da podridão do regime e das instituições, da rotatividade entre apenas dois partidos centrais desde 1976 e dos vícios criados, da falta de escrutínio por parte das instituições judiciais, com poderes limitados, e de uma sociedade civil muito enfraquecida, que vive com medo do Estado e dos poderes públicos. A alienação e a autofagia do PS e do PSD já é tanta que ambos disparam cegamente um contra o outro, não vendo que, deste modo, acabam por arruinar o sistema que os alimenta e dar

cabo um do outro. Quando esta "belle indifférence" ocorre, o fim parece certo, ainda que demore tempo porque o processo de "débaçle" dos regimes pode ser demorado, o pior que pode acontecer a um país, caindo na morte lenta e gradual, sem beneficiar sequer das rupturas que fazem renascer das cinzas.

O sinal de alarme também é hoje dado pelo crescente isolamento do PS e do PSD em relação à sociedade civil e às vozes mais independentes, reduzindo os dois partidos às respectivas nomenklaturas, por mais Novas Fronteiras ou Conferências da Verdade que façam pelo país. O afastamento de homens como Jorge Miranda, Henrique Granadeiro e José Miguel Júdice da área do PSD é um bom exemplo deste processo de degenerescência.

Em tempo de vacas magras, o povo também tem maior tendência a defender em exclusivo os interesses próprios. A dificuldade de aceitar reformas políticas e quebra de direitos e regalias, vistas como imutáveis, faz com que o eleitorado penalize muito mais rapidamente quem governa. Em Portugal, há a agravante de o país ser mal gerido, dos interesses serem muitos, de haver uma grande promiscuidade entre o poder político e o poder económico, de as decisões estratégicas estarem erradas ou não haver, simplesmente, nem método nem estratégia. Tudo isto faz com que o povo não sinta o dever de ser grato para com os seus governantes, de se sacrificar em defesa de um interesse geral, que não vê seguido no dia-a-dia da governação. É por isso que, para se defender, o povo começou a mudar mais facilmente de voto, sem pruridos ideológicos ou culturais, votando PS ou PSD conforme as suas conveniências pessoais. Isto faz com que se percam, naturalmente, as referências mais profundas e os valores, que são a trave-mestra da solidez e maturidade das nações.

Estão demasiadas coisas erradas neste país. A saída passa pela fusão entre o PS e o PSD para acorrer à crise, como aconteceu no constitucionalismo monárquico e no Bloco Central? Pode ser a única saída mas o preço a pagar também é elevado. A pretexto da defesa dos interesses do Estado, a fusão acontece verdadeiramente quando PS e PSD tomam consciência que o seu excesso de conflitualidade e a sua autofagia os conduz à ruína. A fusão é, então, o veículo para se voltarem a separar e darem a ideia de regeneração.

Para que tudo mude e tudo fique na mesma. |

Os socialistas estão a fazer uma autêntica catarse de purificação com a caça aos independentes. Afinal, foi um independente, Vital Moreira, quem deu cabo da vida ao PS. A caça ao Pinho de ontem tinha sido precedida pela caça ao Lino.

CONVIVER COM A DEMÊNCIA



EM "CONVIVER COM A DEMÊNCIA", da Civilização Editora, o psicólogo Oliver James mostra-nos um método prático e inovador, o SPCAL, para lidar com a demência. Apesar de uma pessoa com esta doença sofrer falhas de memória cada

vez mais frequentes em relação a acontecimentos recentes, os sentimentos permanecem intactos, assim como as memórias de acontecimentos mais antigos. São estas duas "ferramentas" que podem ser utilizadas para substituir informações mais recentes que se perderam. |

O GUARDADOR DE PAPEIS



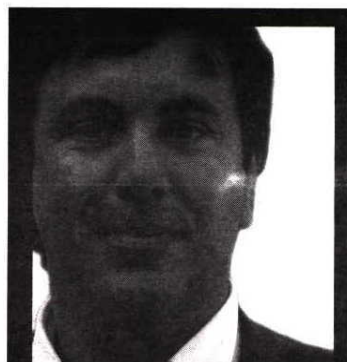
nimo Pizarro (com organização deste último). Manuela Nogueira, sobrinha do poeta, escreve, por exemplo, sobre a forte influência de Henrique Rosa, irmão do padastro, em Fernando Pessoa. |

PASSAPORTE



"PASSAPORTE", de Maria Filomena Mónica, editado pela Alêtheia, é um livro sobre as suas viagens e incursões pelo mundo, desde Oxford, ao Egipto, até ao Algarve, a Istambul ou à terra dos avós. No seu estilo inconfundível,

Filomena Mónica escreve, por exemplo, sobre Istambul: "Ao contrário do que acontecera a Théophile Gautier e a Eça de Queiroz o meu 'hamam' nada teve de erótico. Fui recebida, não por um núbio cultural, mas por uma turca gorda." |



POR RUI TEIXEIRA SANTOS

Uma campanha baixa que por aí anda

NEM É NECESSÁRIO referir os termos ontem usados no Parlamento, no "Debate sobre o Estado da Nação". (Refiro-me à cena com o ministro da Economia.) Em poucos dias os excessos tomaram conta dos discursos políticos e pela voz de habituais porta-vozes. É a pré-campanha eleitoral para as legislativas a dizer que as coisas desta vez são diferentes. O poder está em causa. Vale tudo!

Morais Sarmento comparou Sócrates à Dona Branca, António Vitorino criticou o "activismo declaratório" de Cavaco Silva e o PSD acusou o Governo de instrumentalizar a RTP.

Tudo começou com o negócio da TVI. O Governo disse desconhecer, Ferreira Leite afirmou que seria "escandaloso" substituir José Eduardo Moniz, Cavaco Silva pediu explicações e Sócrates vetou o negócio, desautorizando um ministro.

O assunto levou ainda à entrada em cena de Henrique Granadeiro e Guilherme de Oliveira Martins. O presidente não executivo da PT contou histórias do tempo em que Ferreira Leite era ministra das Finanças e o presidente do Tribunal de Contas, que esteve no Governo de Guterres, garantiu que a decisão final da venda da rede fixa à PT foi do PSD.

Numa conferência de imprensa o PS voltou à carga e distribuiu mesmo pelos jornalistas



um conjunto de documentos sobre o negócio da PT que, segundo os socialistas, danificam a "política de verdade" de Manuela Ferreira Leite.

Quarta-feira foi a vez de Manuel Pinho entrar na bulha: rasgou uma folha ao meio durante uma entrevista à SIC para exemplificar o que Ferreira Leite fará aos programas de apoio às PME se for eleita.

Depois foi o PSD, também em conferência de imprensa, a acusar a RTP de ser uma arma ideológica do Governo e de chamar, pela terceira vez, José Alberto Carvalho, director de informação da RTP, ao Parlamento.

Finalmente, os socialistas lembram ao Presidente Cavaco Silva que há eleições presidenciais um ano depois das legislativas e que,

até hoje, nenhum presidente foi reeleito com a oposição clara de um dos partidos do centro.

A campanha está a começar e a ver pelo tipo de artilharia acumulada pelos grandes partidos, não vai ser muito digna. E parece haver muita, de parte a parte.

Empatados parecem estar os dois partidos do centro, em matéria de arguidos constituídos pelo MP: depois do Freeport, foi a vez do BPN, com Dias Loureiro a ser constituído arguido.

É claro que a postura de Santana Lopes no excelente discurso do Arco do Cego e na entrevista à SIC contrasta com o resto. Assim, Pedro Santana Lopes ainda chega à maioria absoluta em Lisboa...]



PS segura Constâncio

...e Oposição em bloco vota contra relatório do BPN

AS CONCLUSÕES do relatório da comissão parlamentar de inquérito ao BPN, entregues na próxima semana, terão o voto contra de toda a oposição.

O relatório, da autoria da deputada socialista Sónia Sanfona, não 'condenará' a supervisão de Vítor Constâncio e do Banco de Portugal neste caso. «As

conclusões não têm que ser castigadoras nem benevolentes», afirma a deputada ao SOL, tentando desdramatizar as críticas que se anunciam.



Alberto Charro | Administrador-delegado do BBVA Portugal

'BPN não nos interessa. Vamos crescer por via orgânica'

Banco espanhol, há 150 anos em Portugal, quer aproveitar a crise para se tornar numa **instituição financeira de referência** no mercado nacional. Objectivo é **duplicar a actual quota**

TÂNIA FERREIRA
tania.ferreira@sol.pt

EM CONTRA-CICLO com vários bancos a operar em Portugal, o BBVA assegura estar de «boa saúde financeira» e quer até tirar partido da crise para crescer. Alberto Charro revela, em entrevista ao SOL, a estratégia do banco espanhol para o mercado português.

O BBVA informou esta semana que vai encerrar 500 balcões em Agosto e fechar, definitivamente, dezenas de agências em Espanha. Quais são os planos para Portugal? Nenhuma destas medidas vai acontecer aqui. Antes pelo contrário. Estamos em Portugal há 150 anos e agora estamos até a trabalhar mais forte e agressivamente para ter uma máquina que nos permita crescer. Temos de conseguir uma presença importante no mercado português, porque não queremos sair amanhã. Estamos para ficar.

A estratégia é crescer por via orgânica ou aquisições? Organicamente.

Não era mais fácil comprar? O BPN interessa-vos?

Não. O nosso foco é trabalhar na melhoria do nosso modelo industrial e crescer organicamente para sustentar a estratégia. Queremos levar o banco mais perto do cliente. Para tal, estamos já, por exemplo, a duplicar o número de pontos de contacto da rede das

empresas de 15 para 30 nos próximos meses.

Qual é o vosso objectivo a três anos, em termos de quota e número de balcões?

Queremos ser um banco de referência em Portugal. No mínimo, temos de duplicar a nossa quota nesse período, dos actuais pouco mais de 2% no segmento das famílias e 2,5% nas empresas. Temos pouco mais de 100 balcões.

Mas se têm tanta vontade de crescer em Portugal, não era mais fácil através de uma aquisição, como a do BPN?

'Portugal tem dos sistemas financeiros mais sólidos da Europa, o que é muito devido à actuação do regulador'

Tenho grandes dúvidas quanto a isso.

Porque? Não acredita no banco?

Não é isso. Se me envolvo num processo de aquisição que pode duplicar ou triplicar o meu tamanho, vou estar distraído durante dois anos, no mínimo. Nessa altura, a crise já terá passado e não terei tirado partido dela, nem alavancado o potencial de balanço que o banco hoje tem, para crescer. A nossa estratégia é aproveitar o actual momento, em que a concorrência anda preocupada com aumentos de capital e afins, para reforçar a rede.

O BBVA não tem problemas de capital?

Temos um balanço muito forte. Somos o único grande banco do mundo que não tem feito aumentos de capital, nem recebido ajudas públicas e que tem ido financiar-se ao mercado a taxas muito atractivas - 150 pontos base que contrastam com 300 pontos

base de outros bancos portugueses, por exemplo. Esta é a base do nosso modelo de negócio e a crise financeira dos últimos dois anos no sistema financeiro mostrou que está certa. Os bancos criticados por serem conservadores foram, afinal, os mais resistentes à crise...

É verdade. A falta de princípios no sistema financeiro levou a uma inovação excessiva em alguns tipos de bancos e a maioria dos que já nem existem.

O facto de o nível de reservas obrigatório para os bancos em Espanha ser mais elevado do que em Portugal ajudou?

Sim, essa medida anticíclica foi forçada pelo Banco de Espanha e, se é verdade que em determinado momento colocou os bancos que consolidam em Espanha em desvantagem concorrencial com os que o fazem fora, acabou por protegê-los desta crise.

Como vê o sector financeiro português?

'Uma aquisição [BPN], duplicaria ou triplicaria o nosso tamanho e iria distrair-me por uns dois anos, no mínimo'

Portugal tem um dos sistemas financeiros mais sólidos da Europa e isso deve-se muito à actuação do regulador [Banco de Portugal].

Apesar de casos como o do BPN ou do BPP?

Valorizo a actuação do regulador pelo papel sistémico e não por casos individuais. O regulador fez mal a nível geral do sistema financeiro nacional? Não sei. Tão mal não deve ter feito. Se, por exemplo, olharmos para os bancos em Inglaterra, foram nacionalizados ou são de estrangeiros. Nestes casos concretos de bancos em Portugal [BPP e BPN], fazendo uma analogia, posso ter o melhor sistema de segurança em casa e ser roubado na mesma.

Considera que há outros bancos em risco?

Os bancos em Portugal têm rácios de capital (8% de Tier 1, medida central da saúde financeira de um banco) muito exigentes e estão a cumprir na generalidade, por imposição do Banco de Portugal.



JOSE SERGIO

O BBVA tem participações financeiras em empresas?

A única participação que tem e mantém é na Telefónica, porque a expectativa é que o futuro da banca passe de uma grande rede de agências para uma menor, onde o virtual se mistura com o físico.

Nem sequer fazem tomadas de posição para ajudar clientes aflitos?

Não. Se temos um cliente com problemas, mas que tem vontade e condições para recuperar, o que fazemos é colocar o balanço do banco ao seu serviço para o ajudar.

BBVA

Dados relativos a 31 de Dezembro de 2007 e 2008

(valores em milhares de euros)

	2007	2008	
Resultado líquido	23.826	16.247	▼
Crédito a clientes (particulares e empresas)	5.008.854	5.542.379	▲
Peso do crédito à habitação (no crédito total)	34,7%	33%	▼
Recursos totais de clientes	2.650.827	3.686.348	▲
Rácio TIER I	4,8%	5,0%	▲
Rácio de solvabilidade	8,6%	8,7%	▲
Número total de balcões	110	104	▼
Produto bancário	138.180	120.723	▼
Depósitos de clientes	1.697.726	3.085.256	▲



O gestor 'globetrotter'

Nascido em Tetuan, Marrocos, há 44 anos, Alberto Charro não é gestor para ficar parado. Já trabalhou em quatro países e fala espanhol, inglês, francês e português. Casado e com três filhos, começou o 'périplo' em 1990, depois de acabar o curso de Ciências Económicas e Empresariais na Universidade de Deusto, em Bilbao. Nesse ano, entra no BBVA. Até 1996, trabalha em Palma de Maiorca, em Las Palmas de Gran Canaria e em Bilbao, como director de relação de banca corporativa e analista de risco. Transita então para Londres e assegura, por dois anos, a área de banca corporativa. Regressa depois a Espanha, mas para Madrid, como director de promoção da Unidade de Clientes Globais. Em 2002, atravessa o Atlântico e torna-se presidente da banca de atacado do BBV Banco. Portugal surge na rota do gestor em 2006. Aceita o cargo de director-geral de Banca de Empresas, Corporativa e Institucional no país. Foi promovido a administrador-delegado da sucursal em Fevereiro deste ano.

'Emprestar dinheiro não é problema'

NUMA altura em que a maioria dos bancos em Portugal está a aumentar *spreads* e a dificultar empréstimos, acabam de lançar uma forte campanha de crédito à habitação em sentido contrário. Como justifica esta decisão?

É verdade. Neste momento devemos ser o único banco a posicionar-se para emprestar. Temos um balanço mais sólido do que a concorrência e conseguimos ser mais agressivos para aumentar quotas, tanto nas famílias como nas empresas. **E como conseguiram essa robustez financeira?**

O banco constrói o seu preço a partir do custo de *funding* (valor a que consegue captar o dinheiro no mercado) e estamos com *spreads* a metade do valor da concorrência. Além disso, não temos garantias de Estado. Por outro lado, temos um baixo custo de mora (incumprimento de pagamentos de créditos pelos clientes). Isto faz com que sejamos um banco muito industrial e eficiente.

Isso explica que não estejam na corrida aos depósitos como a vossa concorrência?

Sim e permite ter campanhas agressivas e uma política de captação. Mas não somos uma ONG (Organização Não Governamental)! Temos análises de risco e taxas de esforço máximas.

O que estão a oferecer com esta campanha?

Não só damos a grelha mais agressiva de Portugal no crédito à habitação, como também a docilidade de um cliente deixar de pagar três prestações por ano, sem penalizações, por um máximo de 12 prestações na vida do empréstimo. E damos 200 euros por mês durante um ano, em dinheiro, para quem fizer o crédito de ha-

'O nosso maior problema é comunicar. O cliente não acredita nas vantagens'

bitação num empréstimo superior a 120 mil euros.

Qual é a contrapartida para o cliente dessas vantagens?

Nenhuma, e isso é o que é muito difícil de explicar: ao mercado. O nosso maior problema neste momento em Portugal é comunicar: Mudar o *chip* do cliente que ouve isto e não acredita, porque oferecemos o contrário dos outros bancos.

Qual é o custo para o BBVA?

Vemos esta campanha como um investimento e não como um custo. Temos capital suficiente para aguentar este tipo de medidas. Se estivéssemos aflitos, como a maioria da concorrência, não poderíamos fazê-lo.

Como está a correr o negócio com as empresas?

Aí estamos a sentir uma maior abertura. O segmento empresarial representa mais de metade do banco. Disso, dois terços são grandes empresas e apenas um terço está no mundo das pequenas e médias (PME). Mas isto é algo que queremos mudar.

De que forma?

Vamos aumentar de 500 milhões de euros para 800 milhões a linha de financiamento que temos para PME. Por outro lado, vamos duplicamos o número de balcões de 15 para 30.

O facto de serem um banco espanhol traz algum valor acrescentado às empresas portuguesas?

Claro. Somos um banco naturalmente ibérico. Temos um sistema electrónico de banca ibérica há dez anos. Temos 3.500 agências na Península Ibérica para servir as empresas nacionais. Em Espanha somos líderes na banca de empresas, com uma quota de quase 30%, e o segundo em banca comercial, a seguir à La Caixa.

'Vamos reforçar para 800 milhões de euros a linha de financiamento para PME'

ALBERTO CHARRO

‘BPN não nos interessa. Vamos crescer por via **orgânica**’

ALBERTO Charro, administrador-delegado do BBVA Portugal desde Fevereiro, quer tirar partido da crise para fazer crescer a instituição. O objectivo é duplicar a quota de mercado e fazer com que o banco seja uma instituição financeira de referência no país. Apesar da ambição, a aquisição do BPN é descartada, já que poderia «**distrain**» a gestão do BBVA durante dois anos. ➔ **PÁGS. 4 E 5**





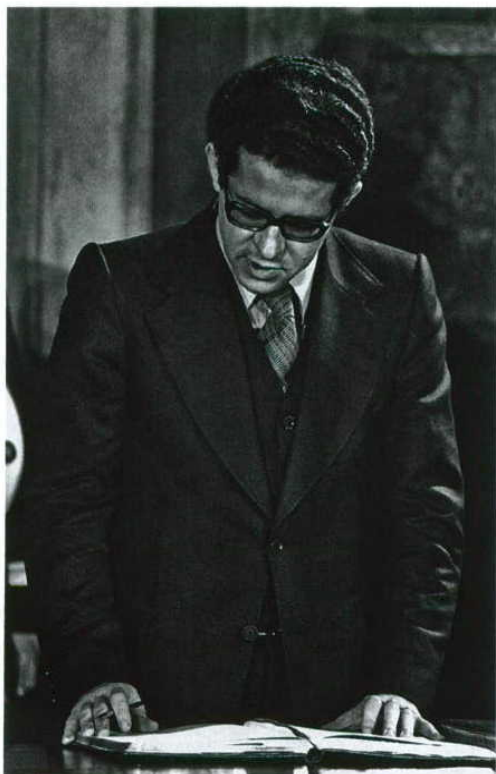
PERFIL

Vitor Constâncio

UM

O caso BPN fez Vitor Constâncio regressar ao palco da política. Saiu do gabinete para enfrentar os deputados. Arquitecto do euro e respeitado no Banco Central Europeu, deixou um rasto de polémica à frente do PS, sempre em choque com Mário Soares. No entanto, os socialistas devem-lhe a abertura à modernidade

Texto de **Jerónimo Pimentel**



1978

Tomada de posse como ministro das Finanças no Governo PS/CDS

A 22 DE JANEIRO de 1987, o Presidente da República, Mário Soares, vetou a Lei da Rádio que Vitor Constâncio, então líder do PS, tinha ajudado a aprovar. Era o primeiro choque frontal entre ambos. Mário Soares não perdoara que Constâncio tivesse apoiado o novo diploma pondo em causa a frequência de FM que o próprio Soares, quando primeiro-ministro do Bloco Central, concedera à emissora católica.

Constâncio, economista de formação, nada sabia sobre frequências radiofónicas ou legalidade de actos administrativos, mas como o tema regressaria ao Parlamento pediu que lhe dessem uma bibliografia exaustiva. Fechou-se em casa durante dias, mergulhando nos códigos, na jurisprudência e nos autores mais consagrados. Dias depois, António Vitorino, que lhe tinha facultado alguns livros, recebeu um telefonema em Macau, onde na altura se encontrava. Era Constâncio, que suspeitava ter tropeçado numa contradição de Marcelo Caetano sobre o licenciamento administrativo. E, para sustentar a descoberta, apoiava-se numa bateria de argumentos que esgrimia com à-vontade. Quando a Lei da Rádio regressou ao Parlamento, Constâncio já pôde apresentar com confiança todos os seus pontos de vista. A lei acabaria por passar... sem Soares ser posto em causa.

Este episódio correu o universo socialista e não podia ser mais cristalino quanto à personalidade de Vitor Constâncio: um homem obstinado pelo conhecimento, que precisava de ter todos os dados na mão, que não desaniava perante as dificuldades. Mas, em grande parte por causa da sua exigência, também →



HOMEM IMPACIENTE



JOSE SÉRGIO



ARQUIVO LUSA

foi hesitante em tantos momentos e, sobretudo, impaciente, quando a mais elementar prudência política aconselharia calma e melhor avaliação das dificuldades.

O estudante brilhante

Constâncio chegou à liderança do PS com a aura de máxima competência. No dia 29 de Junho de 1986, os socialistas elegeram-no em Congresso, derrotando Jaime Gama, o candidato que Mário Soares apoiava na retaguarda. O homem de gabinete, na altura governador do Banco de Portugal, dava o salto para a vida político-partidária e os portugueses passariam a conviver diariamente com ele, apesar de o conhecerem de alguns cargos públicos que desempenhara no passado, nomeadamente o de ministro das Finanças do Governo PS/CDS.

A fama de competência, inteligência e integridade vinha de trás, dos tempos da faculdade. De origens modestas, Constâncio nasceu em Lisboa no dia 12 de Outubro de 1943. Licenciou-se pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e foi sempre um aluno brilhante. Por esses anos, o professor Francisco Pereira de Moura era o expoente máximo da escola. De formação católica e tendo esta-

do nas fileiras do antigo regime como membro da Câmara Corporativa, Pereira de Moura foi progressivamente criticando o regime e considerado em Portugal um dos grandes teorizadores das novas correntes económicas, acompanhando o que se ia passando no mundo do pós-guerra. Constâncio, como muitos outros da sua geração, aproximou-se do professor, enveredando pela carreira docente. Dava os primeiros passos na oposição, colaborando com estudos e envolvendo-se com a SEDES, grupo que aglutinava a nata dos economistas e não só dos opositores ao regime.

Constâncio muda-se para a Universidade de Bristol em 1965, regressando a Portugal em 1973. A sua competência na área da macroeconomia era já um dado adquirido e, após o 25 de Abril, integra os I e II Governos Provisórios, onde exerceu os cargos de Secretário de Estado do Planeamento. Em

1976, volta ao Governo, para a Secretaria de Estado do Orçamento. A política exerce nele uma forte atracção, decididamente. Adere ao PS em 1975 e um ano depois é eleito deputado. No Parlamento, preside à Comissão para a Integração Europeia, onde fez caminho para, dois anos depois, integrar

APOSTA a competência como economista era a melhor para opôr a Cavaco

Governo PS/CDS

Vítor Constâncio, então ministro das Finanças, com Mário Soares e Almeida Santos num debate parlamentar em 1978

como ministro das Finanças o Governo PS/CDS liderado por Mário Soares. É neste cargo que negocia o primeiro acordo como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Viviam-se anos perturbados, de uma enorme instabilidade política, mas Portugal ia já então ambicionando integrar a Comunidade Económica Europeia (CEE). Constâncio seria um dos mais influentes arquitectos desta estratégia e, na altura, Roy Jenkins, presidente da Comissão Europeia nos finais dos anos setenta, comentando a contínua voragem política que engolia governos uns atrás dos outros dizia: «**Em Portugal os governos mudam, mas, felizmente, temos o dr. Constâncio, que se mantém constante**».

A aventura no PS

Os anos passam e Constâncio vai permanecendo activo no PS. A fama de competente economista ganhava cada vez mais peso. A sua cultura geral impressionava quem com ele tratava de mais perto e até a desconcertante atracção pelo romance negro americano, com uma especial predilecção pelos



LÍDER DO PS Eleito em 1986 e em 1988, acabou por se incompatibilizar com todos

livros de Ross Macdonald, faziam parte da aura que se vai erguendo à sua volta.

Sucediam-se os governos e, quando terminou o Bloco Central, que uniu socialistas e sociais-democratas no poder, tudo mudou em Portugal. Cavaco Silva ganhou as eleições de 1985 e Soares derrotou Freitas do Amaral na segunda volta das eleições presidenciais (em 1986). O PS tinha apostado todos os seus recursos na caminhada do pai fundador para o Palácio de Belém e as finanças dos socialistas estavam de rastos. Constâncio tinha pela frente um partido falido, com dívidas acumuladas, de que até faziam parte as que resultaram da aventura do jornal *Portugal Hoje*, que representavam entre 20% e 25% do total das receitas que chegavam da subvenção da Assembleia da República. Os cofres das federações estavam desfalcados e não havia dinheiro para nada. Em Viseu, os líderes federativos chegaram a reunir e a acusar a direcção do partido de não conseguir receitas. Uma crítica directa a Constâncio, que sempre responsabilizou António Guterres, então o homem forte do aparelho, de ter sido o seu instigador. Alguns dos que o acompanharam por aqueles anos recordam que Constâncio «se recusava a pedir dinheiro», nem mesmo se prestava à conversa com o empresário que poderia fazer um donativo ao partido, por mais pequeno que fosse. Por esses dias, Cavaco era para todos os empresários uma aposta mais forte e considerada de futuro, enquanto o PS era apontado como concentrando todos os defeitos da «negociata política».

Para a opinião pública, o tempo dos políticos de Direito estava a passar, para dar lugar ao primado dos economistas, dos pragmáticos, dos não-ideológicos.

Constâncio representava tudo isto à esquerda e, por isso, depois de Soares, os socialistas deram-lhe o poder, mas sempre com uma enorme dúvida sobre a sua capacidade para levar o barco a bom porto. O cenário não podia ser pior. O PS, nas eleições que deram a vitória a Cavaco, tinha baixado para 20,8% e boa parte do seu eleitorado fugira para o PRD, de Ramalho Eanes, que



ARQUIVO LUSA

Campanha eleitoral de 1987 com António Costa e João Cravinho numa das tradicionais arruadas pela Baixa de Lisboa

conseguira a surpreendente marca de 18%. Cavaco estava à frente de um Governo minoritário que poderia conseguir maiorias parlamentares com o CDS ou com o PRD – foi negociando com uns e outros que conseguiu os votos na Assembleia da República para passar as suas propostas, nomeadamente o orçamento a que os socialistas se opuseram.

Ruptura e conflitos

Constâncio representava a chegada ao poder da nova geração socialista. Tudo o dis-

tinguia do seu antecessor Soares. Não tinha currículo nas prisões salazaristas, não se identificava com a corrente maçónico-jacobina, não tinha lugar na primeira fila nas romagens aos cemitérios para homenagear os republicanos do 5 de Outubro. E também não era advogado como o seu antecessor Soares e a maioria dos que pululavam à sua volta.

Constâncio era visto como o líder que se contrapunha a Cavaco, mas o PS, apesar de o ter escolhido, ainda não tinha digerido o facto de a sua história de oposição e a luta de Soares pela implantação da democracia não ser bastante para garantir a vitória nas eleições. Constâncio afrontaria por diversas vezes esse PS histórico que não estava disposto a reformar-se e não →



reconhecia ao seu líder vitórias no combate a Cavaco.

As primeiras críticas chegaram quando Constâncio propôs a Cavaco um acordo de cavalheiros que daria governabilidade ao Governo minoritário do PSD. Cavaco recusou, sabendo que não precisava de se ligar ao PS quando poderia em momentos diferentes negociar com os renovadores e os centristas. Os históricos criticaram-no.

Mário Soares, que em tempos até tinha pensado em Constâncio para substituir Hernâni Lopes à frente das Finanças no Governo do Bloco Central, não deixava passar em branco nenhum dos desaires políticos do seu sucessor. E, por alturas do conflito sobre a Lei da Rádio, manifestou em privado que Constâncio «**não tinha capacidade para liderar o PS**». O desabafo foi privado mas chegou aos jornais.

A queda do Governo de Cavaco

Corria o ano de 1987 e o espectro de Cavaco não aguentar o Governo minoritário discutia-se dia-a-dia. O PRD queria claramente liderar a oposição ao PSD. Em Março de 1987, lançou a moção de censura e Constâncio entrou numa «**espiral de hesitação**» – como passados estes anos lhe apontam alguns dos que lhe foram próximos –, deixando os socialistas sem saída. O país vivia um novo drama. Soares, ausente no Brasil, tentou demover Constâncio de acompanhar os renovadores. Alfredo Barroso, chefe da Casa Civil de Soares, foi a pedido do Presidente a casa de Constâncio com um rol de argumentos. Constâncio até confessou achá-los razoáveis, mas disse que tinha de apoiar a moção «**por uma questão de coerência**».

A moção foi votada e ganhou por 134 votos contra 108. O Governo minoritário de Cavaco Silva caiu. Constâncio voltou a enredar-se em iniciativas inconsequentes. Quando todo o país já sabia que Mário Soares ia marcar eleições, Constâncio mostrava-se disposto a formar governo com o PRD, mas, ao mesmo tempo, confessava que a crise viera «**cedo demais**» para os seus projectos.

Nos bastidores, Soares vai desabafava: «**Constâncio anda a reboque do PS**».

O começo do fim

Soares marcou eleições e o PSD desceu para as ruas em força. O contraste com o PS não podia ser maior. Cavaco estava em todo lado, desdobrava-se em comícios, os seus

SOARES sempre alimentou a oposição interna do PS a Constâncio

barões animavam todas as aldeias e vilas, o PSD estava convencido de que iria vencer. Constâncio era o oposto. A rua não era o seu meio, as feiras arripiavam-no. A caravana socialista arrastava-se pelo país. Constâncio chegava a ter paragens de horas à tarde para preparar os comícios da noite. Tudo era improvisado, até o tratamento das roupas do líder estavam a cargo de Maria José Constâncio, que chegava a armar a tábua de passar a ferro no meio da caravana para engomar as camisas antes do marido fazer declarações para as televisões ou para os tempos de antena. Ninguém acreditava na vitória, nem o próprio Constâncio, que era o rosto do desalento. Até que uma noite, na Nazaré, foi levado em ombros para o palco. Os gritos das peixeiras, a multidão que o rodeava, o entusiasmo daquela gente, deram-lhe ânimo. Convenceu-se de que a vitória ainda era possível. Só não percebeu que era o único.

Se, como se já não bastasse, a volta eleitoral não estar a correr bem, os episódios de descoordenação sucederam-se. O mais célebre foi o que levou à demissão de António Barreto e de Vasco Pulido Valente da direcção dos tempos de antena. Tinham concebido *sketches* em que inventaram a personagem do 'general balança' – numa evidente referência a Ramalho Eanes – protagonizado pelo actor Miguel Guilherme, que oscilava de um lado para o outro sem conseguir articular uma frase e que acabava estatelado no meio do chão.

Constâncio visionou e hesitou em dar luz verde até às 5 horas da madrugada. Quando o tempo de antena foi para o ar, a polémica estalou e até Manuel Alegre aproveitou para se indignar mais uma vez. Constâncio retirou os restantes tempos de antena e Barreto e Pulido Valente bateram com a porta.

Cavaco ganhou a primeira maioria absoluta e a estabilidade governativa estava garantida pelos próximos quatro anos. Soares comentou, mais uma vez, em privado: «**Se se atirar uma galinha do alto do Cristo Rei ela não voa, pois não? O Constâncio é igual**».

Antes de 1987 acabar, Constâncio teria mais um amargo de boca. Na eleição dos representantes do Parlamento para o Conselho de Estado, um quarto

dos deputados socialistas votou em Álvaro Cunhal e o líder comunista teve, com o apoio daqueles socialistas, mais votos que Constâncio na eleição para o órgão consultivo do Presidente. Mais uma vez, a autoridade do líder era posta em causa. Constâncio não disfarçaria a sua indignação. «**À guerra responde-se com a guerra**», afirmou e, em jeito de desabafo, acrescentaria: «**Estou farto de tentar a unidade**». Nada disto teve consequências imediatas. O homem que tinha perdido as eleições para o PSD passara a ser um líder de transição pelos anos seguintes e isso explica ter vencido sem oposição o Congresso do PS que em 22 de Outubro de 1988 o reelegeu para novo mandato como secretário-geral do partido.

O fim da aventura política

Chegava-se a 1988 e na agenda estava a revisão constitucional. O PSD precisava do PS para garantir os dois terços e António Vitorino, pelos socialistas, e Fernando Nogueira, pelo PSD, começaram a ronda negociada. O PS estava disposto a permitir as privatizações, mas queria a moção de censura construtiva e uma negociação dura que permitisse cobrar uma pesada factura ao PSD. Mas logo no início do processo Constâncio deu sinais de total abertura a um entendimento com Cavaco. O PS agitou-se incomodado e as críticas foram subindo de tom quando Constâncio deixou cair a moção de censura construtiva e deu o acordo às privatizações, garantindo os dois terços para a alteração das leis eleitorais. A negociação corria a bom ritmo, depressa demais para muitos socialistas, que consideravam não estar a obter ganhos de peso e a dar «**facilidades**» ao PSD. Constâncio era de novo açoitado. Desapareceu durante vários dias e o semanário *O Jornal*, em manchete, perguntou: 'Alguém sabe onde está este homem?', com uma enorme fotografia do líder socialista.

O acordo de revisão acabou por ser fechado numa reunião entre Constâncio e Cavaco às duas da manhã do dia 11 de Outubro de 1988, mas, durante essa longa noite, por duas vezes, o líder socialista ameaçou retirar-se.

Quando Constâncio foi a Belém apresentar ao Presidente os resultados da revisão constitucional, Soares não escondeu a sua indignação por não ter sido informado de nada enquanto decorria o processo negociado. A reunião, segundo os jornais da época

HESITANTE Constâncio demorava a decidir e isso foi fatal para a carreira política



ca, correu o pior possível, chegando ao ponto de Soares ter exigido ser tratado por 'Sr. Presidente' em vez do 'tu' que ambos sempre tinham usado.

Quinta-feira, dia 27 de Outubro, era mais um dia igual a todos os outros. De manhã, foram chegando ao Rato os membros do Secretariado, para mais uma reunião. Constâncio entrou na sala e abriu os trabalhos. A novidade não poderia ter tido mais impacto nem ter apanhado tantos desprezados: o líder, sem mais nem menos, coloca-

OPERÁTICO Demitiu-se com estrondo do PS disparando contra tudo e todos

ção queixou-se de todos: «**De repente, vi-me sem generais**» – uma directa para a recusa de Guterres em ser candidato à Câmara

de estar longe do poder». A Soares reservou a acusação da ter «contribuído para alimentar privadamente contra mim e a direcção do PS uma campanha de descrédito pessoal e político». E, sabendo que não teria outra oportunidade para tudo dizer, Constâncio

Parlamento Europeu, se deixou tentar. A sua actividade profissional fê-lo regressar mais tarde ao Banco de Portugal, de que é governador desde 2000. Passou pela administração da EDP e pelo BPI. A criação do euro contou com o seu fortíssimo contributo e no Banco Central é uma das vozes mais escutadas.

Acabada a vida partidária, remeteu-se à condição de *compagnon de route* dos

V Congresso do PS, 1983 com António Guterres e Jorge Sampaio



ARQUIVO LUSA

va em cima da mesa a sua demissão. E nenhum argumento ou apelo o demoveram.


Era apenas o primeiro acto de uma demissão que ficaria para a história do PS e da política portuguesa. Dias depois, mais precisamente a 6 de Novembro, reuniu-se no hotel Ritz a Comissão Política, e Constâncio abriu à comunicação social a sua intervenção. Explicou as razões da sua demissão e o país assistiu em directo ao maior ataque desferido por um socialista ao Presidente Soares e à elite do PS.

Constâncio começou por afirmar que o PS «era um partido cheio de vícios, que se deixa vencer pela intriga palaciana e pela angústia

de Lisboa. E em jeito de conclusão rematou: «**Muitos queriam-me diminuído, crucificado, vítima lentamente consumida. Pois bem, estou vivo, resistente, desenterrado**». A caminhada política tinha um fim digno de uma ópera sem que o protagonista principal por alguma vez admitisse a culpa.

Só regressaria ao Parlamento recentemente, como alvo das críticas de todos os deputados da oposição, que o acusam de ter falhado a supervisão nas trapalhadas do BPN, do BCP e do BPP.

Constâncio retirou-se da vida política e nem mesmo em 1994, quando Guterres o convidou a encabeçar a lista para o

socialistas. Dedicou-se mais à família, que, segundo os amigos, sempre foi o seu porto de abrigo. Tem um filho de nome João, com 37 anos, professor universitário de Filosofia, e uma filha, Leonor, formada em Medicina em Inglaterra, casada e com uma filha, e que agora vai regressar a Portugal. São esses mesmos amigos que estranham o facto de pintar o cabelo e se admiram como é que um homem que afirmam ser tão seguro e racional tem essa «fraqueza» de tentar contrariar uma inevitabilidade da natureza: o envelhecimento. 

jeronimo.pimentel@sol.pt

África do Sul com potencialidade intrínseca muito grande

Mercados

Minimizar o risco cambial como entrave aos negócios

Principais bancos nacionais apoiam operações das empresas portuguesas para o país

Barclays quer ser “alavanca” de negócios na África do Sul

Não há, que se conheça, qualquer linha pública de crédito activa para investimentos directos na África do Sul. Apesar disso, quase todos os bancos e instituições de crédito têm linhas de apoio à exportação e ao investimento disponíveis para as empresas. Em declarações à “Vida Económica” à margem de um seminário ABC mercados sobre o país, Joaquim Castro, director coordenador de ‘Business Banking’ Norte do Barclays, não tem dúvidas: a África do Sul tem “um grande potencial de crescimento” e o Barclays é uma “alavanca para a internacionalização das empresas portuguesas”.

É a própria AICEP quem o assume: a África do Sul “é um mercado não considerado particularmente carenciado ou em vias de desenvolvimento” quando equiparado a outros em que isso normalmente acontece. Por isso mesmo, as linhas de crédito concessional em vigor para essa zona geográfica são, antes, vocacionadas para Marrocos, Tunísia, Moçambique, Cabo Verde, Angola e S. Tomé, cujo grau de risco geral, político e da estrutura económica é “comparativamente superior” ao da África do Sul.

Apesar disso ou também derivado desse facto, quase todos os bancos e instituições de crédito mantêm operacionais linhas de crédito à exportação e ao investimento no estrangeiro, disponíveis para as empresas portuguesas, extensivas àquele país da África subsariana.

Exemplo disso é o Barclays, cuja presença em Portugal e na África do Sul faz questão que seja, “claramente”, uma “alavanca para a internacionalização das empresas portuguesas para o país”. Quem o diz é Joaquim Castro, director coordenador de ‘Bu-

ness Banking’ Norte do Barclays Portugal, em declarações à “Vida Económica” à margem do seminário da AICEP sobre oportunidades naquele mercado.

O responsável do banco também explicou que essa “alavanca” permite “uma oferta similar, em ambos os países, de produtos e serviços”, de modo a que as empresas consigam, “através do mesmo interlocutor em Portugal, tratar dos processos bancários inerentes à sua internacionalização”. Citando a própria AICEP, Joaquim Castro focou que a África do Sul é um mercado em que as exportações das empresas portuguesas têm “grande potencial de crescimento”, até pelos eventos à escala internacional que irão organizar nos próximos tempos (nomeadamente o campeonato mundial de futebol 2010).

O Barclays, afirma ainda, “através de Portugal, assume-se como um importante parceiro para as empresas portuguesas que queiram crescer nesse país”.

Frisando que a presença do Barclays em África “não se restringe à

África do Sul” - está presente em mais nove países do continente africano -, Joaquim Castro considera que as empresas portuguesas têm no banco, também por essa razão, “um interlocutor privilegiado para explorar outros mercados africanos”.

Considera, aliás, que a instituição está “particularmente bem preparada” para “dotar as empresas com instrumentos de minimização de risco cambial, incluindo de EUR/ZAR, por forma a que eventuais oscilações cambiais mais significativas não sejam um entrave aos negócios das empresas portuguesas”. A experiência nesse campo e a “forte presença na África do Sul” permite ao banco ser “diferenciador nesse ponto”, disse Joaquim Castro à “Vida Económica”.

Agro-alimentar: um sector a explorar na África do Sul

Particularmente atento ao mercado e com visão positiva sobre oportunidades de investimento naquele país africano está Fernando Ferreira, presidente executivo, até Janeiro último, da Real Seguros (grupo BPN/Sociedade Lusa de Negócios) e líder de um novo projecto na área financeira (banca e seguros) a apresentar proximamente.

Em conversa com a “Vida Económica”, chama a atenção para o facto de a África do Sul, a par de toda a África subsariana, ser das regiões do mundo “onde a crise menos se fez sentir”. Apesar de toda a crise, diz Fernando Ferreira, na África subsariana, nomeadamente na África do Sul, “ainda há crescimento”. Naquele país há, aliás, “tudo”, que é como quem diz “bons hospitais e boas condições para se viver”.



Partilhando da ideia de que “os negócios não vêm ter connosco, nós é que temos de ir à procura deles”, Fernando Ferreira considera que na África subsariana, a que não foge a África do Sul, “vai haver um afluxo de investidores à procura de novas oportunidades.

Ciente de que, em termos de segurança, tudo “tendencialmente tenha vindo a melhorar”, Fernando Ferreira não tem dúvidas de que o mercado sul-africano é “atractivo para as empresas portuguesas”. E, aqui, considera o empresário, o sector agro-alimentar, nomeadamente na parte agrícola, tem “potencialidades muito grandes”.

A África do Sul pode “funcionar como contraponto ao hemisfério do Norte nos ciclos produtivos, como funcionam o Chile e a Argentina hoje em dia, em que há vinhos de enorme qualidade e que são colhidos na altura em que em Portugal estão a ser consumidos”, disse à “Vida Económica”.

Esta inversão de hemisférios e de climas pode funcionar como “complemento a um consumo que é ho-

mogéneo”, porque “hoje em dia as pessoas querem comer um kiwi em Janeiro, em Agosto e em Dezembro e podemos ter kiwis num hemisfério numa fase e noutro hemisfério noutra fase”.

Sendo hoje o mundo “tão pequenino” e as distâncias “tão curtas”, e aproveitando os custos de produção em África “mais baratos que no hemisfério Norte”, se se conseguir “balancear estas complementaridades dos hemisférios pode-se conseguir novas oportunidades”.

E não é por falta de financiamento que não se farão novos negócios. É certo que os bancos, até pelas dificuldades de liquidez, “estão a começar a analisar o risco com mais cuidado”, diz Fernando Ferreira. Está, porém, convicto de que “vai haver uma inflexão, de acordo com a potencialidade intrínseca de cada mercado”. E, na África do Sul, “há uma potencialidade muito grande” que “fará com que, naturalmente, os bancos tendam a potenciar a sua relação com os investidores”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Construção de infra-estruturas na África do Sul gera oportunidades de negócio

Com um produto interno bruto (PIB) de 276,5 mil milhões de USD, a economia da África do Sul é tida como a maior e a mais sofisticada do continente africano, representando cerca de 17% do PIB total de África. Trata-se de uma economia emergente, de rendimento médio, com abundantes recursos naturais, detentora de um desenvolvido sistema financeiro e legal, de uma razoável rede de infra-estruturas e de um sistema de comu-

nicações e de transportes que permitem uma eficiente distribuição de bens e serviços.

No âmbito do Quadro Estratégico de Médio Prazo (2009-2014) definido pelo governo sul-africano, há prioridades a que os investidores estrangeiros, designadamente portugueses, devem estar atentos. Desde logo a aceleração do crescimento económico e transformação da economia a que o país se propõe e que visa promover a criação de trabalho digno e um

nível de vida sustentável.

Em cima da mesa está também o lançamento de um programa de construção de infra-estruturas económicas e sociais, o desenvolvimento e a implementação de uma ampla estratégia de desenvolvimento rural, ligada à terra, à reforma agrária e à segurança alimentar.

Também em matéria da qualificação dos recursos humanos há apostas a fazer, sendo intenção do país promover a melhoria do perfil de saúde de todos os sul-africanos, trabalhando, em paralelo, no combate ao crime e à corrupção.

De acordo com a AICEP, depois de vários anos em que a economia sul-africana evidenciou um comportamento positivo, com taxas

de crescimento superiores a 5% (sustentadas pelo forte dinamismo da procura interna), o desempenho em 2008 sofreu um significativo abrandamento, com a taxa de crescimento do PIB a fixar-se em 3,1%.

Problemas relacionados com o abastecimento de energia (cujos cortes afectaram particularmente a produção mineira e outras indústrias de forte consumo de energia), com o agravamento dos preços dos combustíveis e dos géneros alimentares ao longo do primeiro semestre do ano, e com o abrandamento do consumo privado e o declínio do investimento estrangeiro na sequência da crise económica e financeira mundial justificam o cenário.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Importância da África do Sul no Comércio Externo de Portugal

	2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente (posição e em percentagem)	32 (0,23%)	34 (0,23%)	34 (0,23%)	36 (0,23%)	38 (0,20%)
Como fornecedor (posição e em percentagem)	28 (0,44%)	28 (0,52%)	35 (0,38%)	31 (0,48%)	29 (0,54%)

FONTE: AICEP



BANCA

**BARCLAYS
QUER SER "ALAVANCA"
DE NEGÓCIOS
NA ÁFRICA DO SUL**

Pág. 37



OPINIÃO

Semelhanças e diferenças

A. MAGALHÃES
PINTO

Economista

magpinto@netcabo.pt
http://poliscope.blogspot.com



Há dias, dei por mim a reflectir sobre se existiriam semelhanças ou diferenças na actuação de cinco personagens do mundo financeiro que, nos últimos vinte anos, encheram as páginas dos jornais e preencheram horas da programação da rádio e da televisão: Dona Branca, Bernard Madoff, João Rendeiro, Oliveira e Costa e Jardim Gonçalves. Não que isso tivesse alguma utilidade pública. Mas porque me sentia intrigado pela maneira, aparentemente fácil, como tanta gente se deixava prejudicar por personagens que podiam, na essência, ser muito mais idênticos do que à primeira vista se podia pensar. Recordemos as personagens.

María Branca dos Santos – Dona Branca –, depois de ter começado por ser apenas fiel depositária dos fundos de varinas e vendedores ambulantes, envolveu-se numa actividade “bancária”, recebendo depósitos de pessoas, a quem atribuía o juro chorudo de 10% ao mês – quatro a cinco vezes mais do que o juro pago pela banca – e emprestando esse dinheiro a outras pessoas, com um juro também agiota. De algum modo, o esquema funcionava porque o juro pago aos depositantes atraía dinheiro em catadupas. Rompeu-se o esquema quando surgiu uma crise dupla. Primeiro, a actividade foi denunciada publicamente, suscitando a curiosidade das autoridades financeiras, o que reduziu o afluxo de fundos. E, segundo, com a crise económica, os devedores deixaram de pagar, rompendo o equilíbrio. Que foi aguentado porque a entrada de capital servia ao pagamento dos juros aos depositantes. Até que se tornou insustentável. O assunto foi “resolvido” em tribunal, com a falência, com a prisão da senhora e com um prejuízo monumental para muitos depositantes, entre eles muita gente bem conhecida da praça.

Bernard Madoff é um caso muito parecido com o da Dona Branca. Só que a aplicação dos fundos atraídos era essencialmente o investimento financeiro em títulos de muito duvidosa natureza, mas que “garantiam” aos investidores indirectos (e depositantes) elevados rendimentos. Também

aqui, a torrente de capital servia ao pagamento dos rendimentos. Também aqui, o aparecimento de uma crise económica, com a redução do afluxo de capital e os pedidos de desinvestimento, rompeu o esquema. De diferente para a Dona Branca ficou, principalmente, o montante dos fundos envolvidos. Estima-se em 50.000.000.000 de euros – dez mil milhões de contos! – a ruptura verificada. E também aqui, muitas personalidades de bom nome na praça ficaram envolvidas, algumas delas instituições que deviam ter sabido que não há, em nenhum lado do mundo, dinheiro assim tão fácil de ganhar.

João Rendeiro foi sobretudo um aproveitador da confiança que o termo BANCO infundia nos detentores de poupanças. Parece evidente que, nem por um momento os aforradores que confiaram os seus fundos ao BPP admitiram que um BANCO não soubesse administrar as aplicações desses fundos. Mas, note-se, também aqui parece ter estado em primeiro plano a avidez dos clientes e o seu convencimento de que o dinheiro era capaz de gerar rendimentos elevados como os que lhe eram prometidos.

O caso BPN, de Oliveira e Costa, tem uma “nuance” diferente. Os problemas surgidos tiveram que ver, sobretudo, com uma política de investimentos ruínoza. Oliveira e Costa não enganou ninguém. Teria prejudicado, eventualmente, muitos milhares de depositantes se o Estado não decidisse substituir-se ao Banco. Mas devido a aplicações que fez, de sua conta e risco, em investimentos que provaram ser desgraçados. Aqui, não funcionou qualquer desejo dos potencialmente prejudicados pelas iniciativas do banqueiro de enriquecerem facilmente. Talvez esta a característica que justifica – para além das circunstâncias da conjuntura – a intervenção avalista do Estado.

O caso de Jardim Gonçalves é, provavelmente, o mais pessoal de todos. Não aceito a existência de qualquer avidez material quer do próprio quer daqueles que confiaram as poupanças ao Banco Millennium. Aqui, terá funcionado essencialmente a

avidez de poder pessoal. Algo, aliás, muito adequado ao seu estatuto de membro proeminente da Opus Dei. Endeusado como construtor de “um caso de sucesso”, por muito poucos negado, Jardim Gonçalves quis sempre e sempre mais. Recordo, ainda, como foram publicamente celebradas algumas das suas vitórias, de que destaco a OPA sobre o BPA e o aumento de capital com acções a cinco euros. Em alguns casos assentes sobre irregularidades, algumas consentidas pelas autoridades, apesar de alertadas. Prejudicados ficaram, sobretudo, aqueles que, acreditando ser verdadeiro o que quer a instituição quer o mercado diziam, apenas procuraram refúgio para as suas economias, sem qualquer avidez a motivar-lhes o gesto.

Olhadas as pinceladas grossas destes casos, vemos alguns traços semelhantes e algumas diferenças. Não se podem isentar de alguma culpa os prejudicados nos casos Dona Branca, Madoff e BPP. Nesses casos, funcionou, de modo evidente, a cupidiez dos investidores. Convencidos do ganho fácil. Para que estes não sejam casos típicos do “conto do vigário”, falta, a meu ver, um dado essencial: a vontade de enganar dos principais personagens. Quer a Dona Branca quer Madoff, quer Rendeiro estariam sinceramente convencidos, eles também e ingenuamente, de que o esquema se pagava a si próprio. Não tivessem surgido as crises e o esquema teria aguentado muito mais tempo, com ainda maiores prejuízos. São eles, esses gestores – muito menos no caso da Dona Branca do que nos outros dois – culpados de incompetência. Eles e as autoridades que permitiram que incompetentes se apresentassem no mercado como personagens idóneas. Nem sequer entendo como é que ninguém assaca ao Banco de Portugal essa falha.

No caso do BPN, estamos diante de um aprendiz de feiticeiro. Com a agravante de não vislumbrarmos muito bem a coerência da política seguida. Parece estarmos diante de alguém que, olhando os cofres e vendendo os cheios de dinheiro, terá pensado: “vamos lá aplicar isto! Tragame-me todas as oportu-

nidades, sejam elas pintura ou projectos de fabricação de aparelhos de respiração artificial para peixes”. A incompetência pessoal parece ser a nota tónica. Agravada pela ocultação dos factos quando a situação começou a tornar-se crítica.

O caso de Jardim Gonçalves e do Millennium/BCP é, provavelmente, o mais diferente de todos. Quer nas motivações quer nos actos. Há dias, vi para aí estampado, em jeito de defesa dos culpados, “que os factos imputados não eram crime porque os autores não tinham a intenção de prejudicar”. Não pude deixar de sorrir amargamente. Como é que se pode jogar um argumento destes? Então os autores não estavam a enganar deliberadamente? Mais, não estavam a controlar artificialmente as cotações das respectivas acções na Bolsa, num fenómeno aparentado ao “inside-trading” proibido pela Lei? Não tinham consciência do que estavam a fazer? Mais. Uma vez que todos eles – e particularmente Jardim Gonçalves – eram grandes accionistas do Banco, não eram detentores de “informação privilegiada” relativa às manigâncias? E terão aproveitado ou não da detenção dessa informação privilegiada? Há um paralelismo assustador no modo como tudo isto foi feito e no modo como o BPA foi “comprado”, ante a complacência das autoridades. Também então, o BCP não tinha capacidade financeira para “engolir” o gigante comercial. Mas a artimanha foi montada, atirando-se para a frente as consequências da irregularidade. No caso da OPA, o esquema foi bem sucedido. Ao contrário de agora. Apenas porque, agora, uma crise económica – e também institucional – impediu a ocultação.

Há semelhanças e diferenças entre os cinco casos que nos tocaram de perto. Mas há também a necessidade de punir exemplarmente os culpados. Os aforradores concupiscentes já foram suficientemente punidos com as perdas das suas economias. Dos demais, Dona Branca foi-o. Os restantes terão que sê-lo. Inexoravelmente. Ou, então, serão os reguladores e juizes a terem que ser executados na praça pública.